



ELA



**ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS**

Ano XVII - N.º 195

DIRECTOR: PATULEIA MENDES

Mensário — Janeiro — 1991 — 60\$00



Foto UNICEF

***Os que viveram
a experiência
da guerra
apelam
ao diálogo,
à Paz
e à solidariedade!***



Dinamização e participação associativas



- **Em Janeiro** — Órgãos Sociais Centrais e Comissões debatem e analisam vida associativa
— sócios reúnem e convivem na Sede e nos Núcleos de Cascais e Alcobaça
- **Em Fevereiro** — Convocados o Conselho Nacional e várias Assembleias Gerais de Delegação
- **Mesa da Assembleia Geral Nacional** implementa processo de «revisão estatutária»
- **Pagamento de quotas:** mais do que um dever, assume-o como um direito!



Neste período apenas o chamar de atenção para a saída do Decreto-Lei n.º 14-B/91, de 9 de Janeiro, do Ministério do Emprego e da Segurança Social, que altera a remuneração mínima mensal garantida, aplicando, pela primeira vez, aos sectores da agricultura, pecuária e silvicultura o valor definido para a indústria, comércio e serviços.

Assim, passando a ser, a partir de 1 de Janeiro de 1991, de 40 100\$00 o quantitativo determinado para esse grupo, é de 33 500\$00 o relativo a «serviço doméstico».

Afinal um outro apontamento, já que em 19 deste mês foi publicado a Portaria n.º 54/91 do Ministério das Finanças, que diz no seu ponto 8.º

«São declaradas sem efeito, a partir da entrada em vigor da presente portaria (1/1/91), as desmajorações e compensações determinadas pelas portarias n.ºs 549/89 e 639/90... sendo, em conformidade, recalculadas as pensões em que foram aplicadas as referidas portarias.»

Face a esta publicação, foi pedida uma informação ao gabinete jurídico da ADFA, a qual se transcreve:

«A presente portaria vem fazer justiça a uma reivindicação da Associação, apresentada, em Maio de 1990, ao Ministério da Defesa Nacional.

Nessa altura, a fórmula de cálculo para os aumentos

das pensões de reforma vinha lesar o espírito do Decreto-Lei 43/76, prejudicando não só os militares abrangidos por este diploma como também todos os reformados que passassem a esta situação depois de Janeiro de 1990. Este prejuízo resultava de se considerar que no vencimento estava integrado um subsídio, apelidado de majoração, que não entrava no cálculo das pensões, mas considerando-se, porém, como fazendo parte integrante do vencimento para efeitos de descontos.

Este critério dualista não estava correcto, tendo a ADFA, de imediato, manifestado a sua discordância, fundamentada em razões de direito.

Esta Portaria vem agora, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1991, a estabelecer o regime correcto, atendendo a que a chamada 'majoração' deixou de existir e que o vencimento a ter em conta para efeitos de reforma é ilíquido.

O fundamento do anterior procedimento baseava-se no facto de as pensões serem moderadamente tributadas em IRS. Contudo, os reformados saíam prejudicados com a medida. Assim, este ano, as pessoas abrangidas verão as suas pensões aumentadas, mas devem ter em consideração que parte desse aumento irá, posteriormente, ser absorvido pelo IRS.»

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

• Portaria n.º 1247/90, de 31 de Dezembro de 1990, publicada no Diário da República, I Série, 4.º Suplemento n.º 300, de 31 de Dezembro de 1990.

— Regula a prestação de serviço efectivo por militares dos Quadros Permanentes na situação de reserva.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

• Portaria n.º 24/91, de 11 de Janeiro, publicada no Diário da República, I Série, parte B, n.º 9, de 11 de Janeiro de 1991.

— Aprova os novos

modelos de declaração modelo n.º 1 do IRS.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

• Decreto-Lei n.º 29/91, de 11 de Janeiro, publicado no Diário da República, I Série, parte A, n.º 9, de 11 de Janeiro de 1991.

— Dá nova redacção aos artigos 22.º e 47.º, do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, o qual aprova o regime das carreiras médicas.

MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL

• Decreto Regulamentar n.º 37/90, de 27 de Novembro de 1990, publicado no Diário da República, 1.ª Série, n.º

274, de 27 de Novembro de 1990.

— Regulamenta o Decreto-Lei n.º 380/89, de 27 de Outubro, o qual permite o pagamento retroactivo de contribuições para a Segurança Social.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

• Decreto-Lei n.º 372/90, de 27 de Novembro de 1990, publicado no Diário da República, 1.ª Série, n.º 274, de 27 de Novembro de 1990.

— Disciplina o regime de constituição, os direitos e os deveres a que lhe ficam subordinadas as as-

sociações de pais e encarregados de educação.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PISCAS E ALIMENTAÇÃO

• Despacho Normativo n.º 166/90, de 10 de Dezembro, publicado no Diário da República, 1.ª Série, n.º 283, de 10 de Dezembro de 1990.

— Estabelece as regras de funcionamento das zonas de caça sociais (ZCS), administradas pela Direcção-Geral das Florestas ou pelas entidades em quem esta delegar a administração.

TIPOGRAFIA-ESCOLA

Nas suas recentemente remodeladas e modernizadas secções de:

ENCADERNAÇÃO ● FOTOGRAFIA
IMPRESSÃO ● MONTAGEM
OFF-SET/TIPOGRAFIA

executa os mais variados trabalhos no campo das artes gráficas, nomeadamente:

LIVROS ● EMBALAGENS ● CARTÕES
● FACTURAS ● RECIBOS ● GUIAS DE
REMESSA ● CARTAS ● ENVELOPES

Contactar: *Tipografia-Escola ADFA*

(sr. Mário Mendes)

H. M. P. — Anexo Campolide

R. Artilharia Um, n.º 107

1200 LISBOA

☎ 65 35 93



IRS

Esclarecimento e preenchimento

Tal como aconteceu no ano passado, vão os serviços de secretaria da Sede estar abertos, fora das horas normais de expediente, todas as 3.ª e 5.ª-feiras do mês de Fevereiro, das 18 horas às 20, para efeitos de esclarecimento e ajuda de preenchimento dos impressos da Declaração Mod. 1 do IRS, aos associados interessados.

Portanto: 3.ª-feiras — dias 5, 12, 19 e 26;

5.ª-feiras dias 7, 14, 21 e 28.

Presidência da República

Por ocasião da reeleição do dr. Mário Soares como Presidente da República, foi-lhe, enviado, pela Direcção Central da ADFA, o seguinte telegrama:

«Associação dos Deficientes das Forças Armadas saúda e felicita V. Ex.ª reeleição mais alto cargo magistratura do Estado, convicta pessoas com deficiência, em geral, deficientes militares em particular, podem continuar contar com solidariedade e empenhamento S. Ex.ª o Presidente da República criação melhores condições de reabilitação e integração na sociedade portuguesa.»

Fundação de Lisboa

No dia 16 deste mês, os presidentes e 2.ª secretários da DC foram recebidos, na Fundação de Lisboa, pelo respectivo presidente, eng.º Krus Abecasis, a quem foram entregar as medalhas testemunho da nova Sede, aproveitando para informar aquele antigo responsável pela Câmara Municipal de Lisboa do andamento da construção, entre outros assuntos abordados, tendo-se o eng.º Krus Abecasis mostrado disponível, quer a nível pessoal quer na qualidade de presidente da instituição, para apoiar, no que lhe for possível, a concretização da nossa obra.

Instituto Superior de Psicologia Aplicada

No passado dia 8, os presidentes da Direcção Central e o responsável pelo GOS estiveram presentes numa sessão do curso de pós-graduação na área da deficiência mental (frequentado por psicólogos, técnicos de serviço social e médicos), do Instituto Superior de Psicologia Aplicada, tendo falado do papel dos deficientes e das Organi-

zações Não Governamentais, quer na reabilitação e integração da pessoa com deficiência quer na da reeducação da própria sociedade.

Rádio Comercial-FM

No passado dia 19, o presidente da Direcção Central foi convidado do jornalista Joaquim Letria no seu programa «Missa a Metade», tendo sido abordado vários assuntos ligados à ADFA, em particular, e à problemática dos deficientes, em geral.

Lar Militar

No dia 21 deste mês, esteve na Sede da Associação, em reunião com o presidente da DC, a fim de ser perspectivado o funcionamento da respectiva Comissão Técnica, o director do Lar Militar, coronel Monteiro.

Federação Portuguesa de Orientação

Tendo-se realizado no passado dia 20 de Dezembro a escritura de constituição da Federação Portuguesa de Orientação, acto para o qual a ADFA foi convidada, ao mesmo esteve presente, em sua representação, o responsável pelo Departamento de Formação Profissional da Sede.

«Novos Horizontes»

Uma equipa de «Novos Horizontes» esteve recentemente na Sede da Associação, a fim de gravar um programa sobre a ADFA e o funcionamento de diversos dos seus serviços e departamentos, com o fim de o transmitir oportunamente na RTP-2.

Havendo sido antecipada a sua transmissão, «ELO» pode, no entanto, informar que tendo ido para o ar, no dia 25 deste mês, a 1.ª parte, a 2.ª será transmitida no próximo dia 1 de Fevereiro, pelas 16H20, repete-se, na RTP-2.



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Palácio da Independência

L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex

Tel. 346 21 67/8/9 — Fax 342 83 36

Composto, revisto e impresso: INTERPRESS Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 9.500 exemplares



Mensário distribuído gratuitamente aos sócios em situação legal e vendido por assinatura a não sócios ao preço anual (11 números) de 500\$00.

Quando a assinatura seja de fora de Portugal, os custos são acrescidos dos respectivos «portes», a saber:

Países africanos de Língua Portuguesa: 900\$00
Europa: 1200\$00; fora da Europa: 1500\$00

ADFA prossegue contactos oficiais

ADFA pela primeira vez com o Ministro das Obras Públicas

Partindo da disponibilidade manifestada pelo eng.º Ferreira do Amaral, Ministro das Obras Públicas, Comunicações e Transportes, aquando dos contactos informais com elementos da Direcção Central, em visitas que efectuou ao Palácio da Independência no âmbito das actividades da Sociedade Histórica Independência de Portugal (SHIP), foi pela ADFA, pedida àquele governante uma audiência com vista a ser-lhe dado conhecimento dos objectivos e informações sobre a actual fase de construção da nova Sede.

Assim, no passado dia 15 deste mês, os Presidente, 1.º e 2.º Secretários da Direcção Central foram recebidos por aquele titular, a quem apresentaram um dossier detalhado, que incluía fotografias da



maqueta e das obras, bem como o cálculo provável de custos para a 2.ª fase.

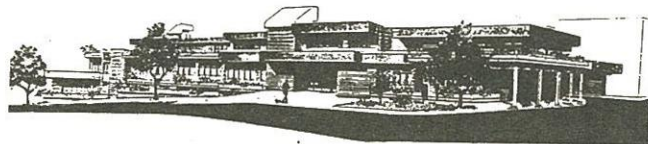
O eng.º Ferreira do Amaral, antigo comba-

tente em Angola, demonstrou grande sensibilidade para os problemas dos deficientes militares, alguns dos quais viveu no

terreno, e profundo conhecimento das actividades e fins da ADFA, cujo trabalho desenvolvido recebeu apreço.

No que à nova Sede diz respeito, e após informações prestadas, salientou o Ministro o seu empenho pessoal, como cidadão e homem de Estado, em apoiar, no que ao seu Ministério puder caber, a respectiva concretização, garantindo o imediato equacionamento de alguns dos problemas expostos, a que espera rapidamente dar resposta.

Saliente-se a dignidade, sem distâncias formais, que à audiência foi imprimida pelo eng.º Ferreira do Amaral, assumindo-se como nosso antigo camarada de armas, o que, para além do mais, garante a abertura de uma nova frente dialogante para a ADFA.



ADFA em nova audiência com o Ministro do Emprego e da Segurança Social

No dia 22 do corrente mês foi a Direcção Central, em delegação constituída pelos seus Presidente, 1.º Secretário e Tesoureiro, recebida pelo dr.

do Emprego e da Segurança Social.

A construção da nova sede constituiu o primeiro ponto abordado, tendo sido feita explanação da

Seguidamente, foi sensibilizado o dr. Silva Peneda para a realização em Lisboa, em Abril próximo, da 14.ª Reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus, da FMAC e da importância que a mesma reveste, designadamente nos projectos; que dela sairão, na aplicabilidade, para as pessoas deficientes, do Acto Único Europeu. Foi aquele titular, então, convidado a presidir à respectiva sessão de encerramento, o que aceitou.

Passando-se depois à importante questão da cooperação com as organizações de combatentes de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, no âmbito da União, a que Portugal preside de momento, foram indicados os desenvolvimentos dos últimos contactos mantidos, os protocolos assinados e as perspectivas que se delineiam, designadamente a realização no nosso país, presumivelmente em Setembro, de um encontro entre os quatro componentes da União, para fazer um balanço das actividades já levadas a efeito e a programar no futuro.

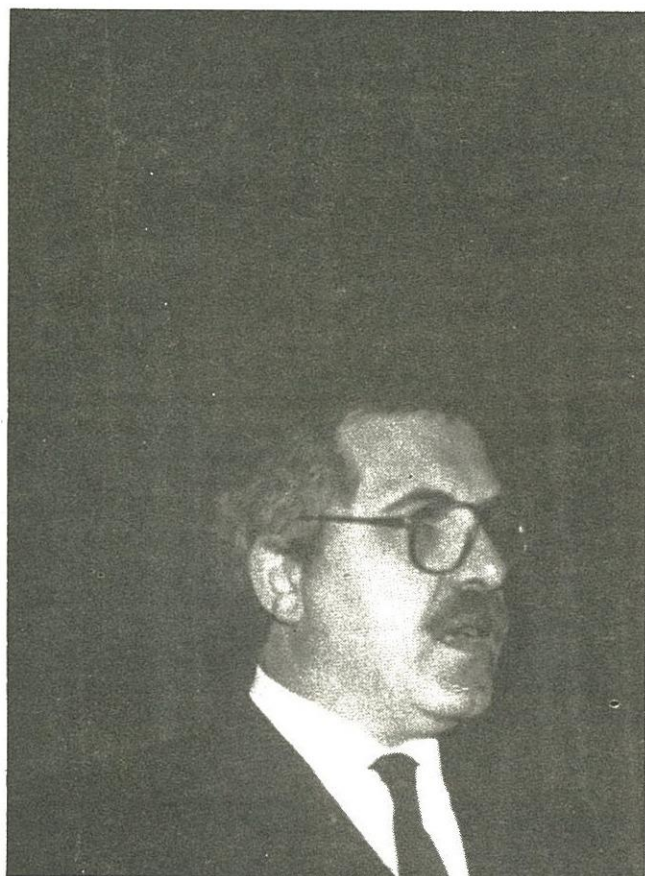
Sobre a Tipografia-Escola da Associação foi solicitada ao Ministro o seu interesse para as acções e investimentos ali efectuados, no conceito de aplicação e implementação

das suas vertentes produtiva, reabilitativa, formativa e também de cooperação.

Inevitavelmente, por da esfera directa daquele Ministério, trocaram-se opiniões sobre o funcionamento do Secretariado Nacional de Reabilitação, designadamente no referido ao CNR, e do desempenho que em tal Conselho deve caber às associações de e para pessoas deficientes. Foi, por outro lado, reconhecida a necessidade de um balanço sério do já aplicado, e a aplicar, do Plano Nacional de Reabilitação.

A finalizar a audiência, abordou-se o problema do protocolo a celebrar entre aquele Ministério e a ADFA, para a adequação e implementação das actividades a desenvolver pelo Centro de Reabilitação Profissional de Arcozelo-Vila Nova de Gaia, da área da nossa Delegação do Porto, tendo-se convindo da necessidade da sua próxima assinatura.

A ADFA realça o clima aberto em que esta reunião de trabalho decorreu, tendo-se mostrado o dr. Silva Peneda sensível a todas as questões apresentadas e evidenciando o maior interesse em lhes dar, no que ao seu Gabinete competir, rápida e satisfatória solução.



Silva Peneda, em audiência que teve por fim informar este responsável governamental de várias questões actuais que, dizendo respeito à ADFA, se enquadram no âmbito de actuação do Ministério

fase já concluída e apresentadas as perspectivas para a adjudicação da 2.ª fase, e afirmada a preocupação da ADFA pelo indeferimento da pretensão sobre a restituição do IVA a suportar.

EDITORIAL



«Os antigos combatentes presentes nesta conferência, que há alguns anos se encontraram como adversários e lutaram em trincheiras diferentes, sentem-se no dever de terminar esta reunião com um apelo aos Governos de todo o Mundo para que se empenhem por implementar a via do diálogo como a única adequada à solução dos conflitos, e àqueles que se encontram em guerra reforçam-no para que, num maior esforço de boa vontade, lhe ponham termo com a brevidade possível, na esperança de que toda a Humanidade possa viver num Mundo melhor.»

É com profunda amargura que verificamos que este último parágrafo do «Texto Final» da I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, se bem que produzido em Maio de 1990, no momento, uma actualidade terrível e cruel.

Como ex-combatentes e vítimas de guerra sentimo-nos no mais pleno direito, no dever até, de condenar veementemente a necessidade do recurso à força das armas para a tentativa de resolução de problemas que se sabe, «a priori», ultrapassáveis, com mais verdade e dignidade, através do diálogo e da diplomacia, nunca pela busca da guerra e do irromper da violência incontrolável, formas acabadas da intolerância e da desumanização que conduzem as civilizações do mais sublime ao mais perverso.

É assim, sentimento da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, como catalisadora do pensamento dos seus sócios, e seguramente não só, o repúdio por toda e qualquer atitude bélica e belicista, sempre tendente à opressão de povos e supressão da sua dignidade, em qualquer parte do Mundo, tal como em Timor, defendendo as resoluções pacíficas, humanitárias e de concórdia do ideário das Nações Unidas, da Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra-FMAC e da Cruz e do Crescente Vermelhos.

E se a razão nos assiste no que advogamos, com maior empenho o afirmamos porque, irmãos que somos e nos achámos daqueles que ontem combatemos, subemos demonstrar que o abraço fraterno agora trocado o deveria ter sido anos antes, afastadas as mazelas de corpo e espírito provocadas por um conflito que nada mais nos provou além da inanidade da guerra.

Assusta-nos que os desenvolvimentos políticos mundiais vividos nos últimos meses tenham «pacificamente» merecido da opinião pública a aceitação de que a guerra seria razão válida e última para a solução de um diferendo e, ainda mais grave e preocupante, que os avanços tecnológicos dos meios de informação, e formação, nos proporcionem o acesso directo ao teatro de guerra, banalizando, qual vulgar série televisiva, a violência, a ruína e todo o drama humano que lhes está subjacente.

E questionamo-nos, angustiados, como não foi possível que, até agora, o pensamento pacifista colectivo tenha sido capaz de corporizar o sentimento individual de paz e segurança inerente ao próprio Homem e que a História tem comprovado ser, ao longo dos séculos, a base da estabilidade e do equilíbrio dos povos.

A DIRECÇÃO CENTRAL

DELEGAÇÕES • DELEGAÇÕES • DELEGAÇÕES

COIMBRA

«Alô Coimbra»

Conforme indicado em Dezembro, vamos hoje dar o merecido desenvolvimento ao projecto «Alô Coimbra», transcrevendo integralmente o texto da sua apresentação pela respectiva Direcção da Delegação.

Fundamentação

A ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS, depois da sua constituição, tem tido como objectivo primordial o estabelecimento de um diálogo com a sociedade a fim de anular os fundamentos da marginalização dos deficientes das Forças Armadas.

Em 1984 foi suprimida a lacuna dos anteriores Estatutos da ADFA, que centralizavam todos os mecanismos na sede de Lisboa, não consignando quaisquer normativos para o funcionamento das várias delegações espalhadas pelo país. A alteração destes Estatutos veio dar uma tónica na descentralização, prevendo uma administrativa em Sede e Delegações, com órgãos deliberativos e directivos em cada um destes três níveis — Central, Regional e Local.

Projecto: ADFA

ALÔ COIMBRA

Objectivo geral

Esta Associação quer privilegiar as iniciativas dos sócios a nível local, garantindo o seu reflexo na orientação global da Associação, mantendo uma evolução e dinamismo para melhor servir os interesses dos Associados e dos que, por desconhecimento ou receio ainda não o são.

Objectivos específicos

A ADFA tem por objectivo a defesa e a promoção dos interesses sociais, económicos, culturais, morais e profissionais dos seus sócios.

Para a realização dos seus objectivos, compete-lhe nomeadamente:

Desenvolver e congregar esforços no sentido de reabilitar e reintegrar na sociedade todos os sócios que sejam deficientes;

Prestar-lhes apoio em defesa dos seus interesses e direitos;

Promover, fomentar e apoiar actividades de ordem educacional, cultural, profissional e desportiva;

Fomentar e desenvolver nos meios de Comunicação Social toda a problemática inerente a deficientes, de modo a motivá-los e a consciencializá-los, bem como à sociedade, a fim de pôr termo à marginalização.

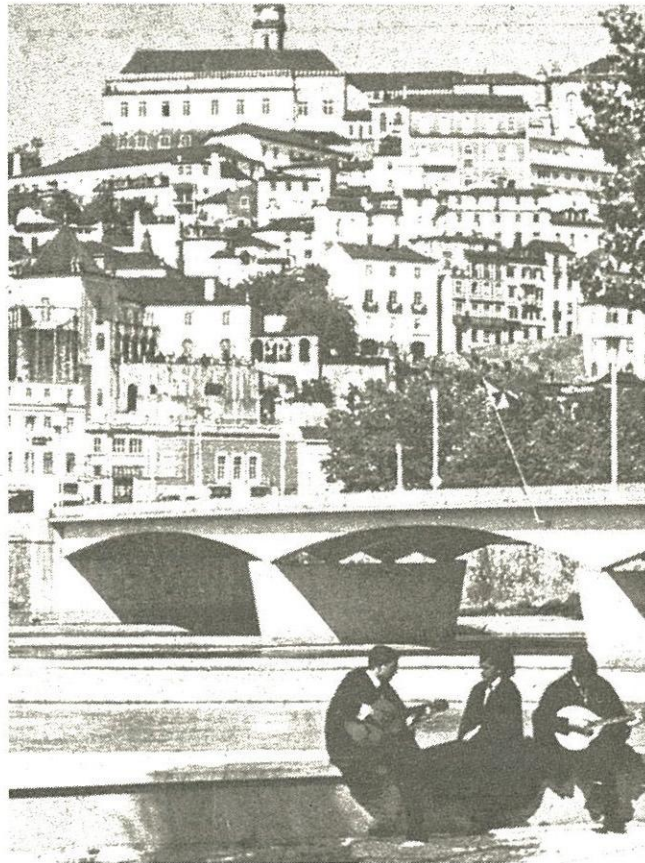
Criar e desenvolver as estruturas necessárias para a efectivação de cursos práticos que permitam um melhor aproveitamento profissional e vocacional dos seus associados.

Programação do projecto

Descrição pormenorizada das actividades

Cultura e Desporto:

★ Encontros sobre a problemática do deficiente adulto militar.



dos. Desta forma, a esta Associação interessa continuar a motivar estes e outros elementos de forma a continuarem nos «TOP's» da pesca desportiva de rio.

3 — Dar início à formação de jovens atletas, filhos de sócios e outros.

Observação:

O facto de a ADFA de Coimbra ter já alcançado lugares de destaque no âmbito desportivo, é revelador de um passado com tradição desportiva na pesca. Eis alguns

exemplos:

— *Campeã Regional da II Divisão de Clubes de Pesca de Competição em 88/89;*

— *2.º lugar 89/90, da I Divisão Regional de Clubes de Pesca de Competição;*

— *2.º lugar no apuramento para a fase final do Nacional de Clubes que dará acesso ao Mundial de Clubes de Pesca Desportiva em 1990.*

Neste sentido é importante que as actividades desportivas devam continuar a ser objecto de preocupação desta Associação.

Recursos institucionais

★ Câmara Municipal de Coimbra

★ Governo Civil

★ Quartel-General da Região Militar de Coimbra

★ Guarda Fiscal

★ Guarda Florestal

★ Polícia de Segurança Pública

★ Centro Regional de Segurança Social

★ Instituto de Emprego e Formação Profissional

★ CTT

★ Universidade de Coimbra

Colaboração das diferentes instituições e serviços intervenientes no projecto

★ Câmara Municipal de Coimbra

— Cedência de instalações e equipamento desportivo para a realização das actividades desportivas;

— Possível apoio económico;

— Fazer-se representar na realização de actividades públicas por elementos do executivo;

— Continuação da colaboração da Técnica de serviço social no apoio e dinamização do projecto e funcionamento da Instituição.

★ Governo Civil de Coimbra

— Possível apoio financeiro para a concretização das seguintes acções:

— Biblioteca (aquisição de livros, estantes e ficheiros), Viagens e Excursões;

— Fazer-se representar sempre que se realizem acções públicas.

★ Quartel-General da Região Militar de Coimbra

— Cedência gratuita de autocarros para a realização de excursões/viagens turísticas.

★ Guarda Fiscal

— Cedência gratuita de autocarros para a realização de excursões/viagens turísticas.

★ Guarda Florestal

— Permitir o acesso, em casos especiais, a locais de pesca que permitam maior mobilidade e acessibilidade do sócio deficiente motor.

★ Polícia de Segurança Pública

— Que os seus elementos sejam sensibilizados para a problemática da deficiência, fazendo assim com que sejam respeitados os sinais dos parques de estacionamento para deficientes.

★ Centro Regional de Segurança Social

— Apoio técnico e informativo relativamente aos deficientes militares que sejam, também, beneficiários do CRSS;

— Sensibilização dos serviços para a problemática da deficiência, alertando para o facto de o Deficiente Militar ter características muito próprias.

★ Instituto de Emprego e Formação Profissional

— Contactos no sentido de a ADFA ser informada sempre que se realizem cursos de formação profissional para

Deficientes ou não, permitindo assim que se informem os Associados, caso se queiram inscrever;

— Sempre que se realizem programas de actividade de tempos livres para desempregados de longa duração, ou para jovens, a ADFA desejaria ter conhecimento dos mesmos atempadamente, a fim de se candidatar.

★ CTT

— Sensibilização dos serviços no sentido de, após a requisição de telefone por um deficiente, que a sua instalação seja rápida, pela absoluta necessidade do mesmo;

— Apoio técnico para futuras iniciativas desta Associação.

★ Universidade de Coimbra

— Apoio técnico e humano para iniciativas futuras desta Associação.

PROGRAMA HELIOS

— Continuar a apoiar as Actividades Desportivas;

— Fazer-se representar

FARO

Festa de Natal

Decorreu em excelente ambiente familiar e associativo a Festa de Natal



da Delegação, na qual, com «comes e bebes» à descrição, actuou o acor-

sempre que se realizem acções públicas.

Efeitos esperados

A ADFA pretende intensificar e defender os interesses dos seus associados, dinamizando-os e conseguindo as condições mínimas de integração social para todos os deficientes das Forças Armadas.

Com este projecto, de custos pouco elevados, pretende-se definir e garantir alguns dos direitos para os deficientes militares vitimados por força do próprio ambiente de guerra em que se preparavam e movimentavam as Forças Armadas, sobretudo para aqueles que têm maiores deficiências e que, por inexistência de legislação adequada, se viram totalmente abandonados depois de deficientes no cumprimento dos seus deveres militares.

Os deficientes, conscientes dos seus direitos e determinados a não abdicarem de uma vida plena que querem e podem viver, necessitam deste tipo de apoios afirmando assim a sua grande força e abrindo definitivamente os caminhos da integração social.

deonista A. Miguel, que se fez acompanhar por um outro jovem artista.

De salientar a simpatia da Direcção do Centro Regional de Segurança

Social de Faro que cedeu as suas instalações para este convívio.

PORTO

J. T.

Assembleia Geral de Delegação

Conforme convocatória publicada também neste ELO, vai realizar-se a Assembleia Geral Ordinária da Delegação, em 16 de Fevereiro, para apreciar o «Relatório de actividades e contas» referente ao ano de 1990.

Como todos estão lembrados, os órgãos sociais eleitos em 1989 apresentaram um plano de actividades para a Delegação que, de certo modo, estará na memória de muitos talvez no esquecimento de uma grande maioria.

A Direcção instituiu o

DELEGAÇÕES

→ tra excepção em que a matéria, previamente anunciada, focasse pontos sensíveis tais como «pensões» ou algo de certo modo relacionado com direitos consignados em legislação própria.

Daí que a Direcção sinta que ao longo do seu mandato foi pouco apreciada nas actividades que desenvolveu e como tal apela a todos os sócios da sua área que participem na Assembleia Geral de Delegação para a enriquecer e poderem ouvir da Direcção o que na realidade foi e não foi feito do que estava previsto no seu programa eleitoral.

Aproveita ainda o Presidente da Direcção da Delegação para lançar aqui um apelo à participação de todos nas reuniões do primeiro sábado de cada mês e lembrar que a Delegação está aberta a

todos os associados incluindo aqueles que não apoiaram os actuais órgãos.

Acesso a áreas gravadas

A Delegação do Porto, por sugestão dos GOS, acaba de criar condições de acesso a obras gravadas existentes na Biblioteca Pública Municipal do Porto bastando para tal que qualquer sócio interessado contacte o gabinete de apoio aos órgãos sociais (tel. 82 040 03).

Os encargos para os sócios reportar-se-ão apenas ao preço das cassetes e portes de correio, se necessários.

Mais se informa que existe na Delegação um catálogo das obras gravadas e disponíveis, o qual pode ser consultado durante as horas normais de serviço.

UISEU

Dia Nacional do Deficiente

A Delegação esteve representada na exposição «Reabilitação», que decorreu na FIL, de 9 a 11 de Dezembro, integrando o painel do Distrito de Viseu, juntamente com outras associações da região.

Também, tendo sido realizadas na cidade, em 19 do mesmo mês, várias acções comemorativas do Dia Nacional do Deficiente, de que se destacaram a assinatura, pela Câmara Municipal, de um protocolo de cooperação e intercâmbio já em execução pelas DGD, CRSS (Portugal) e AUXILIA (Espanha), assim como a homenagem a vários atletas deficientes que participaram nas Para-Olimpíadas de Seul/81, e ao seu treinador Joaquim Escada, a Delegação fez-se re-

presentar nas mesmas através dos seus Presidente e Secretário da Direcção, respectivamente sócios João Gonçalves e Arnaldo Pereira.

Instituto da Juventude de Viseu

Integrado num programa de gestores associativos recentemente levado a efeito pelo Instituto da Juventude de Viseu, com o objectivo de alertar e sensibilizar os jovens, e a comunidade em geral, para a problemática da integração e reabilitação da pessoa com deficiência, decorreu, em 27 de Novembro passado, um debate conduzido pelo dr. Francisco Carvalho, do Secretariado Nacional de Reabilitação, e a que estiveram presentes, entre outros, a dr.ª Célia Escada, do Centro Regional de Segurança Social e o Presidente da Delegação da ADFA, João Gonçalves.



A todas as Delegações

Recorda-se a sugestão aqui deixada por Vila Nova de Famalicão em Novembro, para que seja publicado o horário dos serviços das várias Delegações, o que ELO já está a fazer para a Sede, aguardando as ne-

cessárias comunicações para poder manter, em permanência, um quadro geral sempre actualizado.

Agradecemos, pois, que nos escrevam o mais rápido possível com a respectiva informação.



BRAGANÇA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA DELEGAÇÃO CONVOCATÓRIA

Nos termos do n.º 1 do Art.º 48.º dos Estatutos da ADFA, convocam-se os sócios da área desta Delegação para a Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia **23 de Fevereiro de 1991, pelas 14 horas**, nas suas instalações, sitas no Bairro Fomento da Habitação, 20 r/c, em Bragança, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 — Apreciação e votação do «Relatório de Actividades e Contas» relativo ao ano de 1990 assim como do «Parecer» do Conselho Fiscal.
- 2 — Outras informações.

Bragança, 18 de Janeiro de 1991.

O Presidente da MAGD
António Eugénio Fernandes

COIMBRA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA DELEGAÇÃO CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os associados da Delegação de Coimbra para uma Assembleia Geral Ordinária nos termos do n.º 1 do Art.º 48.º dos Estatutos a realizar no sábado dia **16 de Fevereiro de 1991, pelas 14 horas**, nas instalações da Delegação, sita na Av. Fernão de Magalhães 429, em Coimbra, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 — Informações.
- 2 — Apresentação e discussão do «Relatório de Actividades e Contas» relativo ao ano de 1990 e respectivo «Parecer» do Conselho Fiscal.

Coimbra, 9 de Janeiro de 1991.

O Presidente da MAGD
Dr. José Adelino F. Guerra

MADEIRA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA DELEGAÇÃO CONVOCATÓRIA

1 — Nos termos do n.º 1 do Art.º 48.º dos Estatutos da ADFA, A Mesa da Assembleia Geral da Delegação da Madeira, convoca todos os associados residentes na Madeira para uma Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia **9 de Fevereiro de 1991, pelas 13h30**, nas instalações da Banda Municipal do Funchal, sita à Rua 31 de Janeiro n.º 117, Funchal, com a seguinte ordem de trabalhos:

— Apreciar e votar o «Relatório de actividades e contas» da Direcção e o «Parecer» do Conselho Fiscal, relativos ao ano de 1990;

- 2 — Se à hora indicada não estiverem presentes mais de metade dos associados, em conformidade com o n.º 2 do Art.º 32.º dos Estatutos a Assembleia Geral reunirá trinta minutos mais tarde, com qualquer número de sócios.

Funchal, 14 de Janeiro de 1991.

O Presidente da MAGD
João Manuel Martins

FARO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA DELEGAÇÃO CONVOCATÓRIA

Nos termos do n.º 1 do Art.º 48.º dos Estatutos da ADFA convoca-se uma Assembleia Geral Ordinária da Delegação de Faro, a realizar no dia **9 de Fevereiro de 1991 pelas 20 horas**, nas suas instalações, sitas na Rua de S. Pedro, 30, em Faro, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 — Informações gerais
- 2 — Apreciação e votação do «Relatório de actividades e contas» relativo ao ano de 1990 e respectivo «Parecer» do Conselho Fiscal.

Faro, 11 de Janeiro de 1991.

O Presidente da MAGD
José António P. dos Santos Morte

PORTO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA DELEGAÇÃO CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os sócios da Delegação do Porto, nos termos do Art.º 48.º dos Estatutos da ADFA, para a Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia **16 de Fevereiro de 1991**, com início marcado para as **14,30 horas**, nas instalações da Delegação, Rua Pedro Hispano 1105, Porto, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto único — Apreciação e votação do «Relatório de Actividades e Contas» da Direcção e «Parecer» do Conselho Fiscal relativos ao ano de 1990.

Porto, 15 de Janeiro de 1991.

O Presidente da MAGD
Henrique Tomás M. Rodrigues

SETÚBAL ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA DELEGAÇÃO CONVOCATÓRIA

Nos termos e para efeitos do n.º 1 do Art.º dos Estatutos da ADFA, convocam-se os sócios da área desta Delegação, em pleno gozo dos seus direitos, para uma Assembleia Geral Ordinária, a realizar no próximo dia **23 de Fevereiro de 1991, pelas 14.30 horas**, na sua Sede, sita na Rua Almeida Garrett 70, em Setúbal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 — Apreciação e votação do «Relatório de Actividades e Contas» relativo ao exercício de 1990 e respectivo «Parecer» do Conselho Fiscal.
- 2 — Informações diversas.

Setúbal, 17 de Janeiro de 1991.

O Presidente da MAGD
José da Silva Pinto Faria

UISEU ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA DELEGAÇÃO CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral da Delegação de Viseu, nos termos do n.º 1 do Art.º 48 dos Estatutos da ADFA, convoca os seus associados para a Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia **09 de Fevereiro de 1991, pelas 13h30m**, na sua Sede, sita na Rua José Branquinho, Ala B, 4.º Dt.º, Edifício dos Bombeiros Voluntários, Viseu, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 — Apreciação e votação do «Relatório de Actividades e Contas» relativo ao exercício de 1990, assim como do «Parecer» do Conselho Fiscal.
- 2 — Outras informações.

Viseu, 14 de Janeiro de 1991.

O Presidente da MAGD
António Pais Ferreira

MAS AS CRIANÇAS,

Tendo, por um lado, sido largamente reportado no ELO de Novembro de 90 o 48.º Conselho Geral da Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra/FMAC», acontecimento esse que pelas suas envoltórias e deliberações é uma verdadeira mensagem de Paz, e por outro, sendo a época natalícia facilmente sobrecarregada com apelos os mais diversos, procurando canalizar o sentimento (melhor, talvez, o sentimentalismo) das pessoas para as mais variadas causas, entendeu-se interromper, nesses meses, a série de artigos que, desde Setembro, e sob o tema genérico de «Mas as crianças, senhores...», englobam a análise da situação das crianças, quer a nível mundial quer regional, com base, especificamente, em acções das Nações Unidas, da UNICEF e do Instituto de Apoio à Criança.

Não pensávamos então, maus grado as nuvens que se avolumavam, que retomariamos o assunto, neste mês, não já tão-só sob a ameaça de uma guerra como com ela em pleno desenvolvimento.

E se o que haveria para relatar, não só em continuação dos artigos anteriores como também em apresentação



do «Relatório» da UNICEF sobre 1990, já não era agradável, e muito menos dignificante, o futuro do nosso «futuro» — que são as crianças —, parece bem trágico neste incio de 1991, muito embora os projectos e as esperanças que emergiram quer da «Convenção sobre os direitos da criança», adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Novembro de 1989,

quer da «Cimeira mundial para as crianças», que reuniu em Nova Iorque já em Setembro do ano passado.

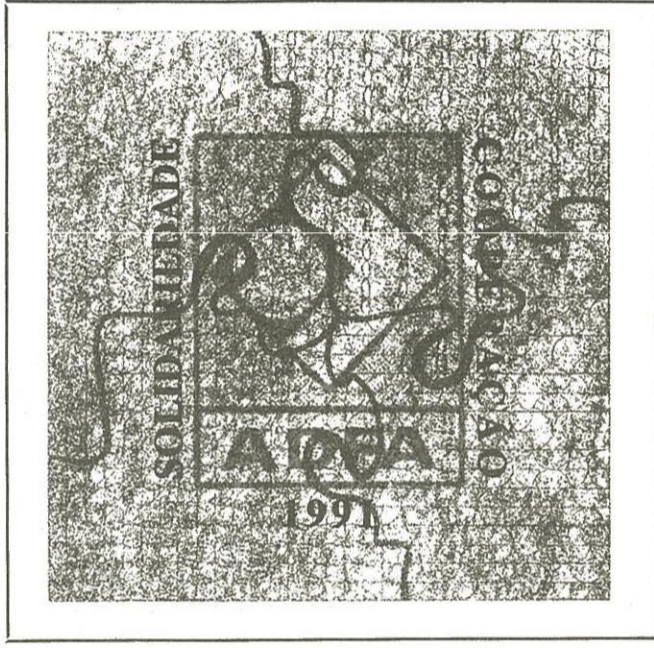
Para qualquer lado que nos voltemos neste nosso querido planeta, onde, eufemisticamente, deixou de haver países «subdesenvolvidos» para só os haver «em vias de desenvolvimento», paradoxalmente a pobreza alastra mesmo nas nações ricas e industrializadas, como o demonstra, de forma gritante e, para alguns, surpreendente, o facto de em Nova Iorque cerca de 40 por cento das crianças viverem abaixo do limiar da pobreza!

Sem precisarmos de nos valer mais do que do «Relatório» da UNICEF, esquecendo tantos e tão variados títulos em jornais como estes, poucos, «Milhões de pessoas à mercê da fome», «Cruzada contra a fome», «Maus presságios para África», «Apelo a favor dos africanos» a par destoutros «Desemprego e violência» (França), «Três milhões de desabrigados» (Grã-Bretanha) e «Dez por cento à beira da pobreza» (Alemanha), por exemplo, ficamos horrorizados com o que vemos e com a realidade que se nos apresenta. Ou apresentava, antes do conflito do Golfo.

É que se a situação, até aí, já era trágica para os países do Terceiro Mundo, a partir desse momento tornou-se quase desesperada, pelo menos desesperante, face à certeza de que verbas destinadas a planos e programas internacionais de auxílio e desenvolvimento deverão ser canceladas perante as novas despesas militares, para além da natural recessão da economia mundial que se está já a fazer sentir. Torna-se assim quase caricata, dramaticamente caricata, a preocupação até há pouco manifestada por esses países, e baseada em pressupostos correctos, de que os últimos acontecimentos no Leste

Europeu, e a necessidade de apoio financeiro aos novos Governos da região, poderiam já estar a reduzir aquelas verbas.

Note-se, também, como outro dado a destacar, este pelo seu absurdo, que a quantia necessária para se atingirem os fins e objectivos da «Cimeira mundial para as crianças» — vinte mil milhões de dólares até ao ano 2000 —, correspondia, então, apenas ao reembolso anual da dívida daquele mesmo Terceiro



ro Mundo, representando (até Dezembro de 90) menos de um terço das despesas, também anuais, a nível militar mundial (730 mil milhões!).

Se dois terços daquele montante deveria ser disponibilizado pelos próprios países a serem beneficiados, atribuindo tal dinheiro ao desenvolvimento próprio dos sectores de saúde e de educação, sendo o restante suportado pelos países industrializados; se todo o sistema económico está interligado e dependente (e dependente é o Terceiro Mundo...); se se sabe que os próprios juros da sua dívida absorvem, ou mesmo ultrapassam, as capacidades de (re)investimento interno e se, finalmente, a guerra do Golfo provocar, como é lógico, uma enorme recessão, o que irá acontecer, por exem-

plo, aos 14 milhões de crianças, com menos de 5 anos, que poderão morrer anualmente por causas facilmente evitáveis, aos 150 milhões que sobrevivem com saúde precária e atrasos de crescimento e aos 100 milhões, entre os 6 e 11 anos, que não frequentam uma escola, para além das 500 mil mulheres que se prevê morrerem devido a complicações relacionadas com a gravidez, para não falar já, também, dos planos de vacinação e de acesso universal à água e ao sa-

COOPERAÇÃO», testemunhando assim, de forma concreta, que serão hoje ainda mais válidas, se possível, as esperanças nascidas na realização da I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau e da criação da respectiva União.

Gostaríamos, pois, que, aproveitando a próxima reunião do seu Conselho Nacional, em 23 de Fevereiro, tal sugestão fosse debatida e, caso aceite, fossem já traçadas linhas de actuação, obrigando-nos, desde já, a acompanhar e desenvolver todas as acções que venham a ser propostas. Aliás, permitimo-nos ainda complementar este nosso «desafio», avançando com o pedido para que todos os eventualmente interessados em colaborar nesta campanha nos escrevam directamente, para o ELO, com opiniões e com informações sobre a forma como podem e desejam fazer.

Finalmente, e porque Moçambique está em situação mais grave, embora seja para Angola, também imensamente necessitado, na verdade, que tenham seguido quase todos os auxílios, julgamos, sem de forma alguma negarmos os donativos e ofertas para este país, ser de canalizar para o segundo a nossa presente atenção.

Por isso, e antes de terminarmos com a mensagem, a que já fizemos referência, de Harry Belafonte, «embaixador de boa vontade» da UNICEF, recordamos os números das contas «Comité Português UNICEF — Emergência Moçambique» onde podem ser entregues/depositados donativos:

— 0127/028 241/230
— Caixa Geral de Depósitos e

— 8 283 899 — Banco Comercial Português



EM
MO

«Quando visite o passado, ao serviço que estava preparando mesmo as muitas que já conheciam devastado pela guerra me preparar.

Pergunto-me como as vidas se, quando e eu tivéssemos sido toda a espécie de -dia, têm lugar em modo teríamos sido mos sido forçados a frente da nossa casa de joelhos, com as costas, torturados ração, ou obrigado abusos sexuais dos s

Em Moçambique de crianças ficaram das, ou de um modo das pela violência s possível reconfortar que teve de assistir do pai? É doloroso UNICEF está a tent

A UNICEF está para ajudar as crianças traumas: levando perturbadas, dando de a amputados, a fome, vestindo os não tiveram instrução criando uma espera

Peço-vos urgência com generosidade da UNICEF em Mo contribuições permit na vida daquelas cri

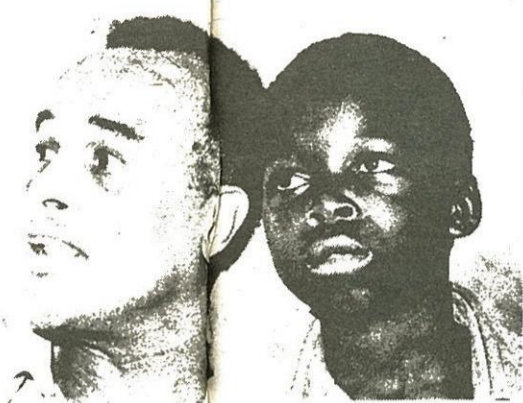
Muito

Harry

HARRY B
Goodwill Emb

«ADFA/1991 — ANO DE SOLIDARIEDADE»

INÇAS, SENH



EMERGÊNCIA MOÇAMBIQUE

«Quando visitei Moçambique no ano passado, ao serviço da UNICEF, pensei que estava preparado para o pior. Mas mesmo as muitas conversas com amigos que já conheciam a situação neste país devastado pela guerra não chegaram para me preparar.

Pergunto-me como teriam sido as nossas vidas se, quando crianças, a minha irmã e eu tivéssemos sido forçados a enfrentar toda a espécie de atrocidades que, dia-a-dia, têm lugar em Moçambique. De que modo teríamos sido afectados se tivéssemos sido forçados a ver os nossos pais, em frente da nossa casa, obrigados a porem-se de joelhos, com as mãos atadas atrás das costas, torturados por assassinos sem coração, ou obrigado a submeterem-se aos abusos sexuais dos seus executores?

Em Moçambique um quarto de milhão de crianças ficaram órfãs, foram abandonadas, ou de um modo geral estão traumatizadas pela violência sofrida. Como é que será possível reconfortar uma criança de 8 anos que teve de assistir ao assassinio da mãe e do pai? É dolorosamente difícil... mas a UNICEF está a tentar e fazer o impossível.

A UNICEF está a fazer alguma coisa para ajudar as crianças que sofreram tamanhos traumas: levando paz às suas mentes perturbadas, dando condições de mobilidade a amputados, alimentando os que têm fome, vestindo os nus, ensinando os que não tiveram instrução, reunindo famílias e criando uma esperança para o futuro.

Peço-vos urgência para contribuírem com generosidade e apoiarem o programa da UNICEF em Moçambique. Só as nossas contribuições permitirão alguma diferença na vida daquelas crianças.»

Muito obrigado

HARRY BEAUFONTE
Goodwill Embaixador UNICEF

SOLIDARIEDADE

SENHORES...

Por J.M.S.



EMERGENCIA CAMBIQUE

Moçambique no ano da UNICEF, pensei logo para o pior. Mas conversas com amigos a situação neste país não chegaram para

no teriam sido as nos-crianças, a minha irmã e forçados a enfrentar atrocidades que, dia-a-dia, Moçambique. De que afectados se tivéssemos os nossos pais, em obrigados a porem-se as mãos atadas atrás das costas por assassinos sem consciência a submeterem-se aos seus executores?

Um quarto de milhão de órfãos, foram abandonados, a maioria estão traumatizada. Como é que será a vida de uma criança de 8 anos após o assassinio da mãe e do pai? É extremamente difícil... mas a gente luta e faz o impossível.

É preciso fazer alguma coisa para as crianças que sofreram tamanha dor e paz às suas mentes sob as condições de mobilidade, alimentando os que têm fome, ensinando os que não sabem ler e escrever, reunindo famílias e criando um futuro.

É preciso ajudar para contribuírem e apoiarem o programa Cambique. Só as nossas ações farão alguma diferença para as crianças.»

Obrigado
[Handwritten signature]

DA FONTE
Coordenador UNICEF



Foto UNICEF



Foto UNICEF

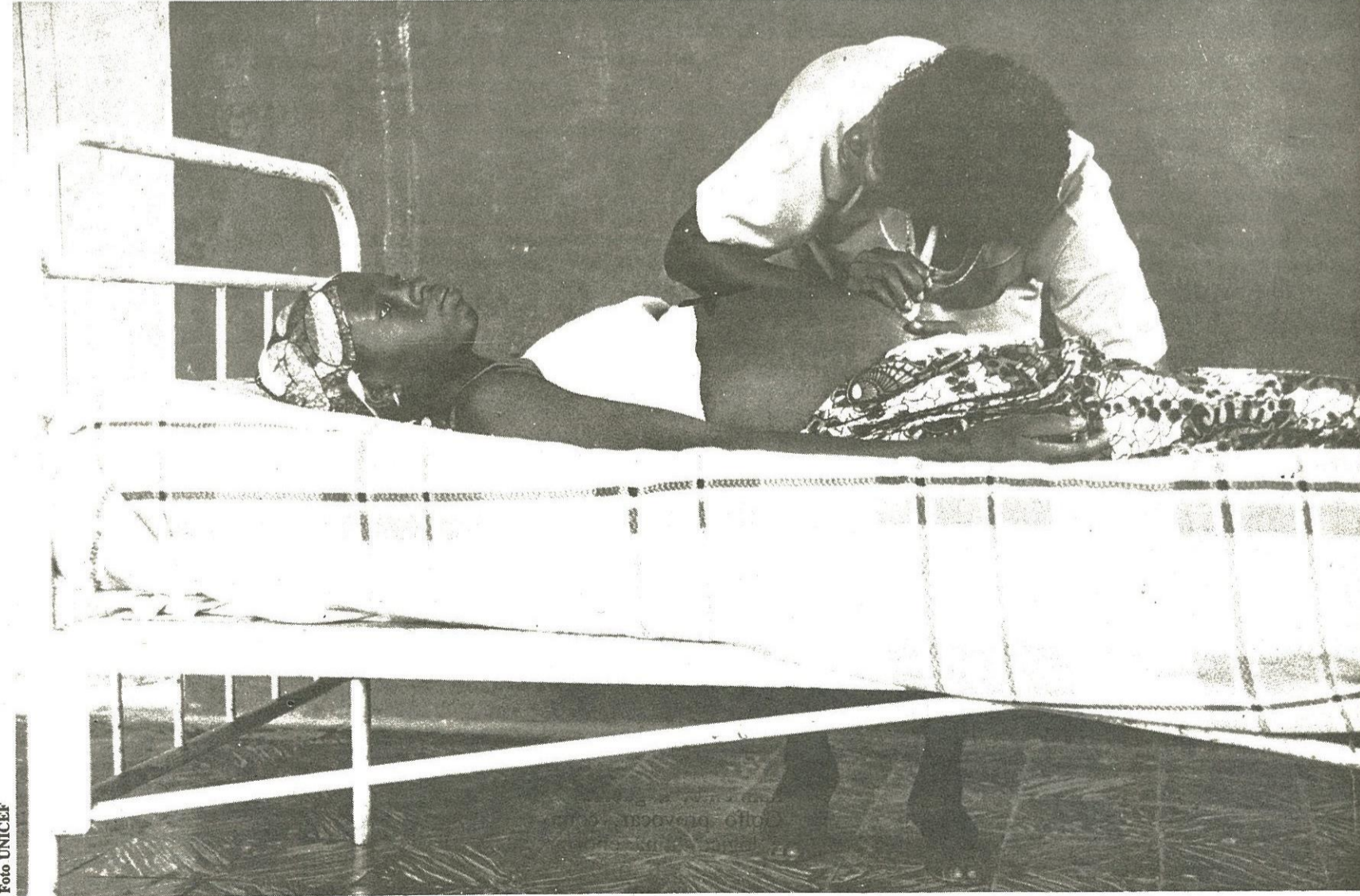


Foto UNICEF

ARIEDADE E COOPERAÇÃO»

VIDA ASSOCIATIVA

JORNADAS ASSOCIATIVAS

Na Sede

Como anunciado nos ELO de Novembro e Dezembro, realizou-se na Sede, no passado dia 16, uma reunião da Direcção Central com os sócios, a fim de debater vários pontos anteriormente divulgados.

Iniciado o encontro, foi feita pelo Presidente da Direcção Central uma ampla explanação sobre os temas agendados, tendo cabido ao 1.º Secretário a exposição sobre a situação e construção da nova Sede.

Seguiram-se intervenções de vários sócios, com destaque para Lome-lino Vítor e Armindo Ro-

A primeira questão abordada foi a das instalações sociais do Núcleo (já que, e a este nível, se reconhece que a estrutura não pode ser também administrativa, senão como mera correia de transmissão entre o associado e a Sede/Delegação), tendo o sócio Armando Guedes da Fonte informado ter a autarquia local disponibilizado uma verba de mil e trezentos contos para acabamentos do andar anteriormente cedido, o que possibilitará arrancar definitivamente para o arranjo de um local que possa servir não só para uma maior aproximação entre todos os elementos residentes

e à participação de cada um, às próximas eleições, ao jornal ELO (diga-se que bastante críticas várias das opiniões, embora se julgue que algumas bastante infundadas...), à legislação e à revisão estatutária, ponto este em que foi considerado de grande importância o assumir de constituição de um grupo de trabalho para apresentação de propostas concretas.

Finalmente, e numa demonstração de vontade inequívoca de dinamizar e acelerar a vida associativa local, foi decidido passar a organizar mensalmente, e nas segundas 6.ªs-feiras, jantares de convívio em locais diversos e descen-

no ELO, o Núcleo de Alcobça reuniu, nas instalações da Assembleia Municipal local, alguns dos associados da sua área, a fim de debater vários problemas, incluindo a sua própria continuidade.

frente do Núcleo, que vêm exercendo desde 1984 — e saliente-se o trabalho desenvolvido pelo Sílvio, o Daniel, o Amaro, o Aniceto, o Asdrúbal e o Zé Vitorino, a sua manutenção até reu-

serão distribuídas aos sócios que a tal tenham direito, as medalhas de contributo para a construção da nova Sede.

Questão importante também tratada foi a do interesse da participação



Lisboa

que que, abrangendo não só os assuntos propostos, abordaram ainda outros de importância e pertinência, versando situações quer pontuais quer delato âmbito associativo, designadamente concernentes a legislação (Estatuto de Aposentação, majorações, IRS e «filosofia» da barreira dos 60%), Tabela de incapacidades (e a demora da sua actualização...), Secretariado Nacional de Reabilitação, funcionamento e funcionalidade dos serviços da ADFA, jornal ELO, revisão estatutária, associativismo, participação e dinamização.

Em Cascais

Também conforme «convocatória» publicada no ELO de Dezembro, uma outra reunião de sócios foi levada a efeito pelo Núcleo de Cascais, no passado dia 19, num almoço-convívio que serviu, para além de confraternização e melhor conhecimento entre os associados daquela região, de análise e debate de algumas questões e problemas que se têm posto à respectiva «comissão», tendo estado presente pela Direcção Central o seu 2.º Secretário, Artur Vilares.



Cascais

ma técnica de serviço social.

Entrando-se, seguidamente, numa alargada troca de ideias, diversos foram os assuntos abordados, nomeadamente com análises à vida associativa

nalizados, os quais, anunciados no ELO, tentarão abranger toda a área do Núcleo, assim como chamar o maior número possível de elementos e seus familiares.

Assim, pode-se já anunciar o próximo para o dia 8 de Fevereiro, a partir das 20 horas, desta vez ainda no mesmo local, isto é, na Adega



Alcobça

O encontro, que contou com a presença do 1.º Secretário da Direcção Central, Patuleia Mendes, foi vivamente participado e obviou ao reconhecimento unânime da necessidade de continuar a existir, com maior intervenção e dinâmica dos sócios da zona, aquela estrutura embrionária da vida associativa que, se é importante hoje, virá a constituir um elemento vital do futuro da ADFA.

Foram solicitadas, e prestadas, informações sobre as mais diversas áreas, da legislação à assistência hospitalar (que se pretende mais diversificada e descentralizada), da construção da nova Sede ao pagamento de quotas por desconto em conta bancária, da intervenção dos sócios na vida associativa à falta de justiça da «tabela nacional de incapacidades» na atribuição de desvalorização

na previsão estatutária», sendo imprescindível e valiosa a experiência vivida nesta região para a obtenção de um bom trabalho, sobretudo no que ao estatuto dos Núcleos a futura orgânica deve contemplar.

E ATENÇÃO SÓCIOS DE ALCOBÇA: no encontro a programar, e de que sereis devida e oportunamente informa-

Seguiu-se almoço num



Alcobça

dos, quer pelo ELO quer por contacto directo, pretende também levar-se a efeito, nesse dia, uma «Jornada de sensibilização ADFA-Alcobça / 91», inserida no 17.º aniversário da Associação e onde, a par da comemoração de tal efeméride,

restaurante local, com a presença de familiares, que se viu para animada conversa e troca de impressões entre sócios vindos da Benedita, da Nazaré e até do Luís que se deslocou desde o concelho de Óbidos, a quase 50 km.

Camponesa, em Alcabi-deche.

Em Alcobça

Ainda no mesmo dia, e também em resposta a uma outra «convocatória»

aos portadores de múltiplas grandes deficiências.

Assumiu-se, em face da indisponibilidade de alguns elementos da actual «comissão» para continuar a sua actividade à

Apraz ao ELO ter verificado, através da sua participação nestes jornadas, que, na realidade, o movimento associativo continua dinâmico, em grande parte devido à vitalidade que alguns sócios conseguem imprimir à sua intervenção nas várias áreas e campos que completam os objectivos da ADFA.

Reconhecendo-se que muitos apenas nestas, até agora poucas, oportunidades podem concretizar e trocar opiniões, em análise individual e colectiva, sobre a sua Associação e todos os problemas que lhe estão inerentes, augura-se o incremento destes encontros, sempre mais participados, e que outros Núcleos floresçam, para mais ampla e autêntica vivência e militância.

VIDA ASSOCIATIVA

Reunião dos Órgãos Sociais Centrais

Por iniciativa do Conselho Fiscal Central, reuniram-se na Sede, no dia 12 deste mês, os Órgãos Sociais Centrais (que, se recorda, são a Mesa da Assembleia Geral Nacional, a Direcção Central e o próprio Conselho Fiscal Central), a fim de serem analisados e debatidos alguns problemas de índole associativa.

Pelo 1.º Secretário da MAGN foi feita uma explanação sobre os trabalhos naquele mesmo dia iniciados pela «Comissão para a revisão estatutária», com indicação dos planos de acção a desenvolver, e respectiva calendarização, que poderão ser apreciados com mais detalhe noutra local deste ELO.

Seguidamente, abordou-se a grande necessidade de continuação de reforço na solidariedade, coesão e troca de informações entre os três órgãos ali reunidos, para uma cabal garantia de efi-

cácia e amplitude de concretização do programa eleitoral em 1989 apresentado à massa associativa.

Acordou-se nas datas de 23 de Fevereiro e de 23 de Março para a realização, respectivamente, das reuniões do Conselho Nacional e da Assembleia-Geral Nacional, ambas a levar a efeito na Sede, tendo a Direcção Central informado os restantes órgãos da filosofia que para o corrente ano está subjacente à elaboração do orçamento da ADFA.

Foi realçada a importância associativa e de divulgação geral da realidade da ADFA ante entidades públicas e privadas, assim como população em geral, que ressaltou das «Jornadas de sensibilização ADFA/Açores-90», tendo-se convindo na necessidade de apoiar, incentivar e dinamizar outras Delegações para iniciativas de igual índole e amplitude.



QUOTAS

Relembrando aos sócios que a Assembleia Geral Nacional Ordinária, de 31 de Março de 1990, determinou o valor mensal de 225\$00 (duzentos e vinte e cinco escudos) para a quota do corrente ano (2700\$00 anuais), saliente-se que o seu pagamento, mais do que um dever individual é o sinal primeiro da participação e da intervenção na vontade colectiva, como direito assumido.

Tal como deliberou o III Congresso, e após concluídos os estudos para a cobrança de quotas através de desconto em conta bancária, será brevemente enviada a todos os sócios a respectiva proposta de autorização para a implantação do sistema, a qual deverá ser preenchida e devolvida aos serviços da ADFA, o mais rápido possível.

Esta forma de pagamento, antes do mais, facilitará o associado, garantindo-lhe permanentemente actualização e manutenção dos direitos associativos estatutariamente previstos (recorde-se que um deles é a recepção atempada do ELO...), evitando os atrasos que, seguramente, têm provocado afastamento temporário e/ou definitivo de alguns sócios, permitindo, por outro lado, um mais racional aproveitamento e utilização dos recursos da Associação.

**COLABORANDO E PARTICIPANDO
ENGRANDECES A ADFA
E PERSPECTIVAS O TEU FUTURO!**

REVISÃO ESTATUTÁRIA

Comunicado da Mesa da Assembleia Geral Nacional

Conforme é do conhecimento de todos os sócios, uma das resoluções do III Congresso da ADFA apontava para a necessidade de revisão dos Estatutos.

Em princípios de Outubro de 1989 a MAGN, assumindo as suas obrigações de órgão dinamizador do processo, oficiou a Direcção Central e as Direcções de todas as Delegações pedindo que, através da auscultação dos sócios, se pronunciassem sobre:

- 1 — áreas em que deveria incidir a revisão;
- 2 — sugestões sobre a revisão.

Pretendia a MAGN uma participação efectiva de todos os sócios, o que só poderia ser conseguido através do esforço dinamizador dos órgãos sociais centrais e locais.

Desejava também a MAGN fomentar um trabalho de equipa, pelo que pretendia a nomeação de um grupo de trabalho que, a partir da participação dada pelos sócios, elaborasse um documento que voltaria às Delegações para discussão generalizada, com vista a provocar críticas e sugestões, as quais seriam apreciadas em Conselho Nacional, tendo em vista a elaboração de um «projecto de Estatutos», contemplando as várias opções entretanto formuladas e focando os pontos de consenso, a ser discutido em Assembleia Geral Nacional.

Pretendia ainda a MAGN que as primeiras sugestões fossem apresentadas até 30 de Novembro de 1989.

Contudo, não conseguiu a MAGN, talvez por falta de dinamização, obter a colaboração que seria de desejar.

Assim, viu-se obrigada, dada a pouca e tardia participação recebida, a officiar de novo, em Agosto de 1990, a Direcção Central e as Direcções de Delegação, lembrando ser necessária a participação, efectiva dos sócios, que se continuava a aguardar, muito embora informando que iam ser trabalhados

os documentos que entretanto já haviam sido recebidas.

Dentro deste espírito, e segundo o anteriormente preconizado, a MAGN pediu a representantes das participações já recebidas que integrassem um grupo de trabalho para efectuar a compilação dos documentos, a ser remetida a todas as Delegações para discussão que fomentasse a larga participação associativa não conseguida até agora.

Este grupo de trabalho, reunido em 12/1/91, entendeu ser de distribuir às Delegações as participações já apresentadas, sugerindo o seguinte calendário para desenvolvimento do processo:

- até 15/4/91 — envio à MAGN das sugestões que os sócios entendam fazer;
- de 16/4/91 a 15/5/91 — análise e compilação de todos os documentos recebidos pela MAGN.

Envio às Delegações de todo o trabalho efectuado;

- de 16/5/91 a 31/12/91 — discussão generalizada e envio à MAGN dos documentos dela resultantes;
- de 1/1/92 a 30/4/92 — preparação técnica dos documentos para discussão em Assembleia Geral;
- até 30/6/92 — reunião do Conselho Nacional e da Assembleia Geral Nacional.

Espera a MAGN que os sócios, em presença dos documentos agora distribuídos, não continuem a alhear-se da importância do processo em curso, pois está em causa a «lei fundamental» da nossa Associação.

Aguarda-se, pois, uma colaboração eficiente e efectiva, para que os novos Estatutos da ADFA traduzam a forma de sentir da grande maioria dos associados.

Pela nossa parte, deixamos expressa a nossa vontade de que tudo faremos para que tal aconteça.

A Mesa da Assembleia Geral Nacional

COMISSÕES: um objectivo, um projecto, uma realidade

Embora desenvolvendo trabalho de substancial importância para a Associação, dentro dos objectivos delineados pelo III Congresso, em empenhamento de esforço quase anónimo que, por já considerado rotineiro, não tem, talvez, merecido a necessária divulgação por parte do ELO, têm continuado a reunir-se as diversas comissões oportunamente nomeadas e empossadas pelo Conselho Nacional, de 10 de Março de 1990, a que se juntou agora a da «Revisão estatutária».

Porque nos parece de justiça e ser um elementar dever de informação do órgão de comunicação da Associação, aproveitamos este princípio do ano para, noticiando as suas mais recentes reuniões, salientar a militância dos seus componentes, em manifestação inequívoca de participação associativa.

Projecto há muito idealizado para elaboração de estudos e perspectivas a pareceres conducentes a um mais eficaz poder de decisão, por parte da ADFA, só em 1990 foi possível tornar realidade a existência e funcionamento de seis comissões de trabalho, que, embora diversificadas nas áreas que abrangem, são convergentes nos seus fins e objectivos.

«Relações internacionais» — Balanço de actividades de 1990, com destaque para a I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, assim como para a visita a Moçambique e os «protocolos» assinados com a respectiva associação, no âmbito das relações com os países africanos de expressão portuguesa. Na área da FMAC fez-se uma análise da participação nas reuniões de

Bangueroque e da Sicília, tendo-se avançado na preparação da reunião de Lisboa da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus.

«Reabilitação» — Elaboração de uma proposta destinada à assinatura de um possível protocolo de cooperação entre a Direcção dos Serviços de Saúde do Exército e a ADFA, para fornecer de próteses e ortóteses.

«Angariação de fundos» — Análise dos contactos, já havidos, com várias empresas, e marcação de reuniões com outras, com vista a ser estudado, em conjunto, o tipo de apoio que pode ser concedido, em função quer da construção quer do equipamento da nova sede.

«Acompanhamento obras» — Debruçando-se sobre as diversas propostas das empresas concorrentes à 2.ª fase, decidido fazer um estudo compara-

tivo entre as mesmas para, em encontro posterior, deliberar mais fundamentalmente a fim de poder apoiar a Direcção Central na decisão de adjudicação. Aconselhadas, no entanto, pequenas alterações ainda a introduzir no projecto que, sem produção de encargos, beneficiarão a melhor funcionalidade do edifício.

«Estatuto do deficiente militar» — Com trabalho já bastante desenvolvido, tem as suas reuniões suspensas, infelizmente, devido ao acidente (ver ELO de Nov. e Dez.) sofrido por dois dos seus elementos, Abel Fortuna e Américo Meireles, assim como ao internamento hospitalar, por motivo de doença, do major Jorge Maurício.

ELO aproveita a ocasião para reforçar os votos de rápido restabelecimento a todos estes associados e amigos.



Correspondência

Neste mês duas interessantes cartas de outros tantos associados, a primeira das quais terá já resposta neste número de ELO, caso seja, entretanto, recebido o «parecer» pedido ao departamento respectivo. De qualquer maneira, porque o assunto é por de mais pertinente, não se quis atrasar a sua publicação.

E antes das respectivas transcrições, o nosso apelo: não deixes só para a mesa do café e para a conversa familiar e de amigos os problemas e dúvidas que possam ter. Escreve para o ELO, porque a tua questão deve também interessar a outros associados.

«Na qualidade de Sócio n.º 9147 e deficiente por desastre em serviço (Manobras Militares), venho solicitar a fineza de publicarem no v/Jornal «O ELO», o seguinte comentário/análise, relacionado com a discriminação existente entre um deficiente por «acidente em serviço» e um deficiente por «acidente em campanha».

Não há dúvida de que os nossos Regulamentos e Leis têm situações de autêntico paradoxo e flagrante discriminação que, para um REGIMEN DI-TATORIAL ainda vá lá,

mas para um REGIMEN DEMOCRÁTICO é simplesmente lamentável, contraditório e injusto.

Isto vem a propósito dos militares que tem um regulamento completamente diferenciado, quando são vítimas de acidente em campanha e dos militares que são vítimas de acidentes em serviço.

De facto, os acidentados em campanha não precisam de prazos para dentro dos mesmos, e em qualquer altura, requererem a reabertura dos seus processos militares com vista a uma revisão do grau de incapacidade que, por erro ou ainda devido a sequelas graves resultantes da doença ou do acidente, não corresponda minimamente à percentagem de incapacidade atribuída na 1.ª JUNTA MÉDICA MILITAR.

Ao contrário, os acidentados em serviço, umas vezes por desconhecimento dos prazos para requerer a reabertura do seu processo militar, outras vezes porque o agravamento e o processo degenerativo poderão evoluir de um momento para o outro de forma desordenada e acelerada mas muito para além dos prazos fixados na Lei para o deficiente poder requerer a reabertu-

ra do seu processo militar, perdem a oportunidade de o fazer. Assim, e em qualquer dos casos o DEFICIENTE POR ACIDENTE EM SERVIÇO é simplesmente penalizado e, o pior ainda, discriminado.

Como exemplo, vou descrever um caso de um militar que foi vítima de um acidente em MANOBRAS MILITARES, tendo fracturado a cabeça da tibia, com grave traumatismo dos condilos e espinha da tibia, tendo sido evacuado em transporte militar para o Hospital Militar de Coimbra, onde esteve internado cerca de 8 meses e onde foi submetido a uma Junta Médica Militar que o julgou incapaz de todo o serviço militar dando-lhe baixa de serviço. No entanto, por erro ou lapso, nunca lhe foi comunicado, por escrito ou verbalmente, o seu grau de incapacidade, o que não é caso para espantar tendo em conta que vivíamos à margem da DEMOCRACIA.

Também nunca lhe foi paga qualquer indemnização ou atribuída qualquer pensão ou reforma militar por deficiência ao SERVIÇO DO EXÉRCITO, mesmo que essa deficiência o tenha impossibilitado de trabalhar durante bastante tempo, para além do di-

nheiro que gastou com vista a uma possível recuperação do seu joelho esquerdo, de que ficou sempre incapacitado; quando pretendeu arranjar colocação, foi várias vezes preterido devido à sua patente e visível deficiência; passou imensas dificuldades para poder sustentar a família; nunca os poderes militares se interessaram, ou se preocuparam com a sua situação, praticando assim a política do fósforo queimado: «serviu, agora não presta, deita-se fora»...

Em 1981, e a conselho de dois médicos ortopedistas que durante muitos anos acompanharam a sua deficiência, foi-lhe sugerido que, face ao grave problema do joelho e devido ao risco de ficar impossibilitado de andar da perna esquerda, requeresse a reabertura do seu processo militar. Efectivamente, o requerimento de reabertura do processo foi deferido, foram feitos exames, testes, radiografias, etc., e o ex-militar foi presente a uma Junta Médica Militar no Hospital Militar de Coimbra em 24 de Junho de 1982, tendo-lhe sido atribuído uma incapacidade de 44%. É pois o Exército que, muito justamente, reconhece a deficiência do ex-militar.

No entanto, o Ministério das Finanças, alegando o não cumprimento de prazos para requerer a reabertura do processo e porque, tratando-se de um «acidente em serviço», e ainda porque no recurso para o Senhor Ministro das Finanças e do Plano das decisões da Caixa Geral de Aposentações, não foi respeitado o prazo de 30 dias, mantém a decisão de lhe recusar o pagamento ou a atribuição de qualquer indemnização ou reforma por deficiência adquirida ao AO SERVIÇO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS!...

Queiram, pois, desculpar do tempo que necessariamente vos vou tomar, mas gostaria de ver este assunto tratado nas colunas do «ELO», e também acharia interessante, e porque daria uma certa força, se, simultaneamente, os v/serviços de Justiça emitissem um Parecer sobre este caso, que, certamente, será o de muitas centenas de ex-militares.

Por último, devo dizer que não acredito que nos países da CEE, da qual fazemos parte, se verificassem semelhantes discriminações na parte ligada ao foro militar e tanta burocracia.

Manuel Ferreira Alves
Sócio 9147

I — «No último número do ELO, para além das múltiplas actividades da quadra natalícia, deparei com uma notícia insólita, acerca do Núcleo da ADFA de Chaves. Assiti, embora à distância, à criação do Núcleo, em que sobejava vontade e dinamismo. Custa-me a conformar que não haja, na zona de Chaves, alguém que seja capaz de dar umas horas por mês para servir a

ADFA e os seus associados.

Como transmontano e sócio da ADFA, sinto um grande pesar, por não haver ninguém, na cidade de Trajano, com vontade de servir o «tecido humano» da nossa associação naquela zona.

Onde está o espírito de sacrifício e a solidariedade transmontana?

Então senhores DFAs flavienses, é só receber e dar quase nada, ou mesmo nada, à Associação que tanto tem lutado por todos nós?

Se todos ficassem no seu comodismo, não haveria Delegações, não haveria ADFA e nós DFAs continuaríamos a ser olhados como os «coitadinhos», não se indo muito além.»

2 — «Felicitos os mentores da construção da Sede da ADFA, que só dignifica a Associação e a todos nós, DFAs. Mas não posso deixar de discordar, quanto à não inclusão, no projecto, de uma parte residencial. Alguns quartos chegariam, ainda que não fossem contemplados numa primeira fase.

Tornaria a ADFA mais útil aos olhos dos associados, pouparia alguns tostões aos que se deslocassem de longe e em caso de convidados seria mais fácil suportar a estada.

Bom seria que tivesse sido feito um inquérito aos sócios, antes do projecto ter arrancado e, talvez alguns serviços, que a Direcção Central pensa serem dispensáveis, aparecessem como necessidades a ter em conta.

Porque não fazer-se um aditamento ou aproveitamento para este fim?»

Jorge J. Lage
Sócio 4987

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES

Serviço da gama «Renault»

Atendimento aos sócios e a todos os deficientes em geral

Sede: dias úteis das 16 às 18 horas.

Porto: Primeiro sábado de cada mês.

DELEG. ADFA

Restantes Delegações: de acordo com os pedidos, ou em casa do interessado.

Delegado de vendas: António Bernardes

INFORMAÇÃO AOS SÓCIOS

Empréstimos a beneficiários dos Serviços Sociais das Forças Armadas

Conforme Circular da «Caixa Económica das Forças Armadas», os pedidos de empréstimos a conceder aos beneficiários-titulares dos SSFA, ao abrigo do regulamento da CEFA, serão classificados, de acordo com os motivos alegados, numa das seguintes prioridades:

1.ª prioridade

A — Encargos comprovados referentes à assistência sanitária que não sejam cobertos pelas ADMS ou por outros sistemas de assistência na doença;

B — Encargos devidamente justificados e manifestamente urgentes, resultantes de situações graves e imprevisíveis (excluindo-se, no entanto, todas as situações relativas à aquisição de habitação própria, incluindo terrenos para construção, sejam elas prévias ou posteriores a eventual recurso a crédito junto de outras instituições, por não poderem ser contempladas com as verbas orçadas para empréstimos normais).

2.ª prioridade

A — Despesa a efectuar com pequenas reparações ou beneficiações de habitação e que não caibam no âmbito dos empréstimos hipotecários;

B — Aquisição de bens essenciais de uso doméstico, incluindo electrodomésticos e mobiliário;

C — Despesas comprovadas efectuadas com a realização de baptizados ou casamentos (enxovais, copos de água).

3.ª prioridade

Pedidos com vista a suportar encargos que não se enquadrem directamente ou por analogia e identidade de razões nas 1.ª e 2.ª prioridades.

De ter em conta que a Comissão Directiva se reserva o direito de não conceder empréstimos, quaisquer que sejam os motivos alegados, quando as informações existentes conduzirem à conclusão de que a situação económica do requerente não justifica a sua concessão, sendo também anulados os pedidos que não tiverem sido atendidos até 31DEZ91.

Subsídios Gulbenkian para transportes

A exemplo dos anos transactos, a Fundação Calouste Gulbenkian atribuiu à ADFA um subsídio destinado a participar a compra de cadeiras de rodas, triciclos motorizados e ajuda na compra de viatura própria pelos sócios da nossa Associação, portadores de grandes deficiências motoras, sensoriais e psíquicas iguais ou superiores a 60%.

No caso da aquisição de cadeiras de rodas e triciclos motorizados, o respectivo subsídio só será atribuído quando se verificar a não atribuição deste material por parte das entidades médicas militares ou do Serviço Nacional de Saúde.

Os subsídios na comparticipação para compra de viatura própria são regulamentados por novas normas aprovadas pela Direcção Central, as quais, bem como os boletins de inscrição, se encontram à disposição dos sócios em todas as Delegações.

A definição de prioridade é ditada pela conjugação de vários factores, entre os quais se destacam o maior grau de desvalorização e os proventos auferidos, de acordo com a legislação que os abrange.

Assim, dada a exiguidade das verbas disponíveis para este tipo de apoio, apenas são geralmente contemplados os nossos associados portadores de grandes deficiências motoras ou sensoriais.

Para o concurso de 1991, os sócios interessados devem preencher o questionário respectivo, na Sede ou nas Delegações, de 2 a 31 de Janeiro próximo, procedendo-se à atribuição das comparticipações no decurso do mês de Fevereiro.

Viaturas RENAULT

PREÇOS NAS CORES OPACAS

EM VIGOR A PARTIR DE 09.06.90

MODELOS	PREÇO BASE	P. V. P.
Renault Clio RL 1.1 5 p	988 574\$00	1 360 048\$00
Renault Clio RN 1.2 5 p	1 091 603\$00	1 511 550\$00
Renault Clio RT 1.2 5 p	1 213 081\$00	1 653 679\$00
Renault Clio RT 1.4 5 p	1 269 275\$00	1 878 640\$00
Renault Chamade TR	1 358 115\$00	1 861 652\$00
Renault Chamade GTS	1 458 990\$00	2 106 457\$00
Renault Chamade TSE	1 635 392\$00	2 312 847\$00
Renault 19 TR 3 p	1 245 524\$00	1 729 920\$00
Renault 19 TR 5 p	1 344 801\$00	1 846 074\$00
Renault 19 GTS 3 p	1 309 196\$00	1 931 198\$00
Renault 19 GTS 5 p	1 407 422\$00	2 046 122\$00
Renault 19 TSE 5 p	1 603 324\$00	2 275 327\$00
Renault 21 GTL Bicorpo	1 748 078\$00	2 454 670\$00
Renault 21 GTL Tricorpo	1 748 078\$00	2 454 670\$00
Renault Express GTC 5 lug.	1 355 489\$00	1 789 339\$00
Renault Express Combi 5 lug.	1 257 610\$00	1 674 820\$00

Transferência+Transportes=
Renault Clio — 12.500\$00; Renault 19 — 17.500\$00; Renault 21 — 20.885\$00; Renault 19 «CHAMADE» — 20.885\$00.

NOTA: Os preços aqui apresentados não contemplam as cores metalizadas. As cores metalizadas variam entre os 18 000\$00 e 26 000\$00 mais, conforme o modelo.

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES:

Estimado sócio, se está comprador de uma viatura RENAULT, pode pedir informações na sede pelo tel.: 3462167/8/9 das 16 h às 18 h ou depois das 20 h tel: 4431951, o delegado de vendas Sr. Bernardes.

NOVA SEDE

PARTICIPANDO CONSTRUÍMOS O FUTURO!

Neste período pouco haverá a assinalar, em termos de avanço de construção da nova Sede.

Na realidade, continuam em análise as várias propostas apresentadas a concurso para a 2.ª fase, não tendo ainda sido decidida a adjudicação.

Entretanto, e como também se indica noutra local, reuniram as duas comissões relacionadas com a nova Sede, estando a de «angariação de fundos» a promover contactos com diversas empresas e entidades, no sentido quer do apoio à construção quer já ao equipamento do edifício e serviços. Por seu lado, a de «acompanhamento das obras», perante as propostas recebidas, apresentou algumas sugestões para pequenas modificações, as quais, sem alterar custos, se julga poderem beneficiar o funcionalismo dos vários departamentos e do próprio edifício.

Como também noutras notícias se informa, mantém-se ou iniciam-se contactos ao mais alto nível, nomeadamente com o Ministro do Emprego e da Segurança Social, bem como com o Ministro das Obras Públicas, Comunicações e Transportes.

Em relação à nossa campanha, e muito embora atendendo a ser uma época em que grandes terão sido as despesas com Natal e Fim de Ano, foram já ultrapassados os seis milhões de escudos. E antes de passarmos à respectiva listagem de donativos, uma rectificação ao «ELO» de Novembro: o associado Acácio Lopes (Sede), contribuiu então com 30 000\$00, e não 10 000\$00 como saiu. No entanto, porque se trata de uma gralha de composição, as contas (saldo) estão correctas. Ao nosso sócio, o pedido de desculpas.

Transporte (DEZ. 90) 5 767 457\$00

SÓCIOS		
N.º	NOME	QUANTIA

(Sede)		
78	Francisco J. Alves	10 000\$00
1 460	Arlindo A. S. Jesus	20 000\$00
7 957	Manuel S. Gonçalves	10 000\$00
6 011	Manuel M. Adro	10 000\$00
3 846	Adelino P. Almeida	20 000\$00
2 139	João N. Carrilho	10 000\$00
1 033	José A. Pereira	10 000\$00
11 412	João J. F. V. Vieira	20 000\$00
8 601	Francisco S. Lajes	10 000\$00
9 670	José A. G. N. Malacriz	22 300\$00
1 833	Simão P. Roças	5 000\$00
4 173	Leonel E. Pires	5 000\$00
8 859	Manuel Dias	5 000\$00
320	Domingos A. Diz	5 000\$00
2 359	Manuel P. Rocha	5 000\$00
5 145	Luís A. Bravo	5 000\$00

3 121	Higino D. Júnior	2 000\$00
1 689	Francisco J. Leiria	3 000\$00
12 264	João M. S. Pires	5 000\$00
5 310	Adriano M. Marques	2 000\$00
10 147	Constantino F. Contins	5 000\$00
3 329	José C. Q. Silva	3 000\$00
7 468	Joaquim A. Almeida	1 000\$00
9 066	José L. V. Rosa	1 500\$00

(Bragança)		
2 887	Américo A. Cascais	5 000\$00

(Castelo Branco)		
8 788	Aires M. D. Correia	3 000\$00
10 067	Anfbal T. H. Santos	3 000\$00

(Faro)		
10 304	Luís F. C. Manuel	2 000\$00
12 110	Mário P. Jerónimo	1 500\$00
8 115	José P. Coelho	30 000\$00
11 087	José A. Nunes	5 000\$00

(Porto)		
6 216	António M. T. Peixoto	7 600\$00
4 969	Amâncio Barbosa	2 000\$00
7 988	Cândido P. Reis	2 300\$00
6 056	Nilo N. Fontes	5 000\$00
3 401	Manuel C. S. Silva	2 000\$00
7 803	Orlando F. Amorim	2 000\$00
7 790	Vitorino Moreira	400\$00
1 655	Horácio J. O. Silva	10 000\$00
2 158	Agostinho D. Freitas	2 600\$00
6 472	Manuel F. S. P. Valente	5 000\$00
5 256	Afonso V. Monteiro	2 000\$00
3 143	Adélio C. Simões	5 000\$00

(Setúbal)		
793	Manuel M. P. Gonçalves	3 000\$00
2 077	António M. Pereira	1 000\$00
2 078	Domingos C. Pires	3 000\$00
2 367	Joaquim A. Raposo	2 000\$00
4 500	Manuel J. G. Caeiro	1 000\$00

A transportar (JAN91) 6 067 657\$00

ENTREGUE OS SEUS TRABALHOS FOTOGRAFICOS NA ADFA

REVELAÇÕES, AMPLICÓPIAS E AMPLIAÇÕES

MAIS BARATO E COM RAPIDEZ

PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA

☎ 346 21 67/8

LARGO DE S. DOMINGOS 1194 LISBOA CODEX

SEDE

ASSISTÊNCIA MÉDICA E PSICOSSOCIAL

CLÍNICA GERAL Médico: sócio dr. Fernando Brito		Segundas e Quintas-Feiras, às 14 horas.
PSIQUIATRIA Médico: dr. Proença		Terças-feiras, às 12 horas.
PSICOLOGIA — «Stress de guerra» dr.ª Paula Frazão		Terças, Quartas e Sextas-feiras, 10/12 h.
ORIENTAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL dr.ª Cecília Pires e Paula Frazão		Quartas-feiras, 9/12.30-14/18 h.
SERVIÇO SOCIAL Técnica de Serviço Social: dr.ª Gracinda Benedito		Segundas e Quartas-feiras, 14.30/17.30 h. Terças e Quintas-feiras, 9.30/12.30 h.

Outros Serviços

SERVIÇOS GERAIS E EXPEDIENTE: Segundas a sextas-feiras, das 09H00 às 12H30 e das 14H00 às 18H00	
BAR E CANTINA Segundas a sextas-feiras 10H10/10H30 (só pequenos-almoços); 12.30/14H00 e 16H00/18H00 (provisório até 15 Fev. 91)	
SECÇÃO FOTOGRÁFICA: Horário normal de expediente a cargo do sr. João Domingos (Recepção)	

- As consultas efectuaem-se todas no consultório médico da Sede.
- As marcações são feitas do DASC., 1.º andar, por Luísa Braga, devendo o sócio indicar objectivamente qual a consulta que pretende, ou informar-se dos serviços prestados por cada uma. Poderá também fazer a marcação pelo telefone 346 21 67/8.
- As consultas de «stress de guerra» e as sessões de Orientação Escolar e Profissional (estas destinadas a filhos de sócios), estão sujeitas a marcação prévia, a qual deve ser feita directamente pelo telefone 32 62 47.

Viaturas OPEL

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
CORSA		
SW 1.0ST 3P	917 770\$00	1 241 623\$00
SW 1.2ST 3P	996 400\$00	1 431 572\$00
SW 1.2ST 4P	1 063 000\$00	1 509 494\$00
SW 1.2ST 5P	1 043 400\$00	1 486 562\$00
GL 1.2ST 3P	1 071 500\$00	1 519 439\$00
GL 1.2ST 4P	1 120 200\$00	1 576 418\$00
GL 1.2ST 5P	1 104 000\$00	1 557 464\$00
GL 1.4ST 5P	1 124 400\$00	1 727 401\$00
JOY 1.4NV 3P	1 219 500\$00	1 838 668\$00
SW 1.5D 4P	1 275 700\$00	1 989 557\$00
SW 1.5D 5P	1 265 400\$00	1 977 506\$00
KADETT		
LS 1.2SC 3P	1 296 140\$00	1 782 268\$00
LS 1.2SC 5P	1 350 800\$00	1 846 220\$00
LS 1.4NV 3P	1 401 080\$00	2 051 117\$00
LS 1.4NV 4P	1 478 270\$00	2 141 429\$00
LS 1.4NV 5P	1 466 090\$00	2 127 178\$00
LS 1.7DA 4P	1 592 530\$00	2 672 720\$00
LS 1.7DA 5P	1 571 440\$00	2 648 045\$00
BEAUTY 1.4NV 4P	1 611 270\$00	2 297 039\$00
BEAUTY 1.4NV 5P	1 599 190\$00	2 282 905\$00
BEAUTY 1.5TD 4P	1 926 190\$00	2 750 630\$00
BEAUTY 1.5TD 5P	1 914 000\$00	2 736 368\$00
LS 1.7DA 5P (Caravan)	1 690 700\$00	2 706 065\$00
VECTRA		
GL 1.4 4P	1 868 700\$00	2 598 232\$00
GL 1.4 5P	1 916 030\$00	2 653 608\$00
GL 1.7D 4P	2 234 000\$00	3 423 240\$00

AUTOMÓVEIS FIAT

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
PANDA 750 CL	845 653\$00	1 089 470\$00
UNO 45-3P	923 516\$00	1 230 470\$00
UNO 45S-3P	989 157\$00	1 307 270\$00
UNO 45S-5P	1 054 798\$00	1 384 070\$00
UNO 60S-3P	1 030 093\$00	1 408 470\$00
UNO 60S-5P	1 093 341\$00	1 482 470\$00
UNO 60 SX	1 183 170\$00	1 587 570\$00
UNO 60 S CTX	1 194 254\$00	1 604 470\$00
UNO 70 SX-3P	1 204 715\$00	1 787 470\$00
UNO 70 SX-5P	1 252 578\$00	1 843 370\$00
UNO DIESEL 3P	1 155 190\$00	1 668 794\$00
UNO TURBO 5P	1 515 227\$00	2 146 790\$00
TIPO 1.1	1 283 170\$00	1 704 570\$00
TIPO 1.4	1 284 031\$00	1 880 270\$00
TIPO 17D	1 425 900\$00	2 457 895\$00
TEMPRA 1.4 SX	1 584 202\$00	2 231 470\$00

AUTOMÓVEIS VOLKSWAGEN E AUDI

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
GOLF CL 1.3 4 P	1 367 104\$00	1 877 000\$00
GOLF CL 1.3+4 P	1 641 462\$00	2 198 000\$00
GOLF CLD 1.6 4 P	1 818 043\$00	2 851 715\$00
GOLF CLTD+1.6 4 P	2 271 825\$00	3 382 640\$00
JETTA CL 1.3	1 371 414\$00	1 882 043\$00
JETTA CLD 1.6	1 878 400\$00	2 922 332\$00
JETTA CLTD+1.6	2 277 699\$00	3 389 512\$00
PASSAT CLTD+1.6	2 785 310\$00	3 983 417\$00
PASSAT VAR CLTD+1.6	2 819 597\$00	4 023 533\$00
AUDI 80 TD 1.6	2 986 514\$00	4 218 826\$00
AUDI 80 TD+1.6	3 139 252\$00	4 397 529\$00

— A opção por pintura metalizada, varia entre os 12 000\$00 e 52 000\$00, conforme o modelo.

— Os valores acima expostos, não contemplam as despesas do despachante no desalfandegamento da viatura, excepto para as marcas Citroën e Opel.

Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para 859 50 16 a partir das 19H30, Alberto Pinto.

Outras informações nas horas de expediente: 346 21 67/8.

SÓCIO VENDE

Vídeo marca SGO, duas cabeças e comando remoto, um ano de uso.

Aspirador marca Siemens e duas máquinas fotográficas com pequenas avarias.

Os interessados deverão entrar em contacto com Manuel Marcelino Alvino, Rua do Vale da Cerca n.º 3, 7625 ERVIDEL (Baixo Alentejo).

Retrospectiva ADEFA/1990

Em audiências concedidas à ADEFA, Ministro e Secretário de Estado da Defesa Nacional manifestam empenhamento pessoal na solução das novas propostas legislativas

I CONFERÊNCIA DE ANTIGOS COMBATENTES DE PORTUGAL, ANGOLA, MOÇAMBIQUE E GUINÉ-BISSAU
— Novos caminhos — de solidariedade e cooperação —

- Chefe de Estado, Presidente da Comissão de Honra, na Sessão de Abertura
- Primeiro-Ministro na Sessão do Encerramento
- Ministro da Defesa Nacional na homenagem aos combatentes mortos

A nova Secretária Nacional de Reabilitação em visita à ADEFA reconhece que a política de reabilitação passa, necessariamente, pelas associações de e para deficientes

16.º aniversário da ADEFA — 14 de Maio de 1990
sendo seu ponto principal a Conferência de Antigos Combatentes, Lisboa realiza jantar no dia 14 e Bragança promove almoço no dia 20

Em sessão participada, a Assembleia-Geral Nacional aprovou os «relatórios» do Conselho Nacional e da Direcção Central, bem como o «Parecer» do Conselho Fiscal Central

No espírito da I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau

Na visita à ADEFA de três altos funcionários da Secretaria de Estado dos Combatentes, de Angola, salientada a necessidade de prontidão da resposta em várias áreas de cooperação

Encontro-se já em visita de trabalho a Moçambique, a convite da respectiva Associação de Combatentes, uma delegação que integra elementos da ADEFA e um representante da Secretaria de Estado da Defesa Nacional

GOVERNO APROVA DECRETO-LEI SOBRE «GRANDES DEFICIENTES EM SERVIÇO» em consonância com princípios que a ADEFA sempre defendeu

NOVA SEDE

- Lançamento das medalhas-contributo no dia 24 de Outubro no Padrão dos Descobrimentos
- A terminar a 1.ª fase de construção, para breve o lançamento do concurso para a 2.ª fase

CONTACTOS OFICIAIS

- Secretário de Estado Adjunto da Defesa Nacional recebe Direcção Central
- Reunião de trabalho na Direcção-Geral de Cooperação do Ministério dos Negócios Estrangeiros

I CONFERÊNCIA DE ANTIGOS COMBATENTES DE PORTUGAL, ANGOLA, GUINÉ E MOÇAMBIQUE
— LISBOA, 19 A 23 DE MAIO DE 1990 —

MÁRIO SOARES
PRESIDE À COMISSÃO DE HONRA

- ADEFA
- RECEBIDA EM BELEM
- PELO CHEFE DE ESTADO

LEI DE BASES DE REABILITAÇÃO

- ADEFA PARTICIPA COM DINAMISMO E CRIATIVIDADE NA SUA REGULAMENTAÇÃO

NOVA SEDE NACIONAL

- 7 DE FEVEREIRO — ADEFA ASSINA CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO PARA COMEÇO IMEDIATO DA 1.ª FASE DA OBRA.
- PREVISTA PARA BREVE ASSINATURA DE PROTOCOLO COM MINISTERIOS DA DEFESA E DO EMPREGO.
- CAMPANHA DE FUNDOS: GANHA A APOSTA DOS DOIS MIL CONTOS!

VI COLÓQUIO DA IMPRENSA MILITAR
— ADEFA participa e recebe visita do Director do «Jornal do Exército»

ASSEMBLEIAS-GERAIS DE DELEGAÇÃO

- Sevilha — 10 Fev. • Bragança — 17 Fev.
- Faro — 23 Fev. • Coimbra — 24 Fev.

RECTIFICAÇÃO
TENDO, DIVIDIDA A UMA «BRANCA», SAÍDO ERRADA A QUANTIA DE SUBSÍDIO ATRIBUÍDO À ADEFA, PARA A NOVA SEDE, PELO MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL, AGUI SE RECTIFICA QUE O MESMO FOI DE CEM MIL CONTOS E NÃO DOIS MIL

NOVOS CAMINHOS — NOVOS CAMINHOS

I CONFERÊNCIA DECIDE CRIAÇÃO DA UNIÃO DE ANTIGOS COMBATENTES DE PORTUGAL, ANGOLA, MOÇAMBIQUE E GUINÉ-BISSAU

assumindo a sua Presidência, por inerência, e até à segunda reunião (1992), o Presidente da Direcção Central da ADEFA

16.º ANIVERSÁRIO — 14 MAIO 90

- COOPERAÇÃO: ADEFA e as Associações africanas presentes na I Conferência encetam cooperação nas áreas da Saúde, Reabilitação Profissional e Legislação
- GOVERNO: Governo aprova Dec-Lei sobre alargamento dos prazos para Juntas Médicas e abre Lar Militar CVP a Cooperação (Ver Suplemento)

PENSÕES DOS DFA
Rectificadas pensões após a intervenção da ADEFA e da Secretaria de Estado da Defesa Nacional

Relações internacionais e cooperação

- União de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau desenvolve-se:
- Deslocação a Moçambique: de Maputo ao Rovuma através a Declaração de Maputo
- Secretário-Geral da Associação dos Antigos Combatentes de Angola na convite para visitar Angola
- FMAC: XI Aniversário — ADEFA em Bangueloque
- IKK: reúne e trabalha com ADEFA em Lisboa

LEGISLAÇÃO
Publicado o Decreto-Lei sobre «Grandes deficientes... 80%... admito que seja um limite, do ponto de vista dos deficientes, insulficiente... a porta não está completamente fechada» (Dr. Eugénio Ramos de «BD»)

Conselho Nacional de Reabilitação recebe Secretário de Estado Adjunto da Defesa Nacional
«A Nação tem que recompensar aqueles que à chamada disseram sim»

NOVA SEDE
Lançamento oficial da campanha de angariação de fundos

- Medalhas evocam Descobrimientos
- Órgãos de soberania, Instituição Militar, Autarquias, Delegações, associados e particulares dizem: **Presente!**

Desporto além-fronteiras — ADEFA em Santander

NOVA SEDE NACIONAL

- assinado o contrato de empreitada da 1.ª fase de construção do «edifício da Integração», «casa de Paz de quem viveu a guerra»

ADFA investe perto de 20 milhões na sua Tipografia-Escola

- mais «formação» e mais «emprego», igual a «reabilitação» e «reintegração»

Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra

- Mensagem 1990 do Secretário-Geral
- Reunião de Malta sobre «A Paz e a Segurança no Mediterrâneo»

I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique

- Primeiro-Ministro, Embaixador do Guiné-Bissau, Ministro da Saúde e Presidente da Paridade Gubernaiva, entre as personalidades que integram a Comissão de Honra

CONSELHO NACIONAL
reúne a 10 MARÇO, na Sede para análise do «Relatório de Actividades de 1989» e do «Orçamento para 1990», para além de informação de carácter geral e associativo

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral Nacional, nos termos do Art.º 27.º dos Estatutos, convoca a Assembleia Geral da ADEFA para reunir extraordinariamente no dia 31 de Março de 1990, pelas 13 horas e 30 minutos, na sede Nacional, sito no Palácio da Independência, no Largo de S. Domingos, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. — Apreciar e votar o «Relatório de Actividades do Conselho Nacional», referente ao exercício de 1989;
2. — Apreciar e votar o «Relatório de Actividades e Contas da Direcção Central», bem como o respectivo «Parecer» do Conselho Fiscal Central, relativos ao exercício de 1989;
3. — Apreciação de quotas para 1991;
4. — Informação sobre a Direcção Central, nomeadamente quanto à construção da nova Sede Social e respectivo lançamento progressivo a edifícios militares.

Na terminação do 2.º dia de Act.º de 12 de Março, se há hora marcada não estiverem presentes mais de metade dos associados, a Assembleia Geral reunirá 20 minutos depois, sem qualquer intervalo de actos.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 1990

O PRESIDENTE DA M. A. G. N.
A) António Rêgo dos Santos

SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA NACIONAL nomeia representante na «Comissão Técnica» do Lar Militar, tendo já a ADEFA feito o mesmo

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO com a Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional de Moçambique assinado este mês, como primeiro resultado prático da I Conferência

INTENSA ACTIVIDADE INTERNA

- Reunião alargada de Órgãos Centrais para análise da I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, assim como da mudança de instalações do Centro de Reabilitação do Porto
- Reunidas também as Comissões do «Estatuto do Deficiente Militar» e de «Reabilitação»

STRESS DA GUERRA retomados os trabalhos de grupo, prepara-se reunião de ex-combatentes e famílias

VETERANOS DE GUERRA CONSTRÓEM A PAZ na legitimidade da sua memória

- BANGUECOQUE 40.º aniversário da Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra
- LISBOA 72.º aniversário do Armistício da I Grande Guerra

48.º CONSELHO GERAL DA FMAC

- Admitidos como membros efectivos as Associação dos Antigos Combatentes de Angola e Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional de Moçambique
- Proposta pela ADEFA, aprovada resolução que visa a salvaguarda dos direitos humanos em Timor-Leste

VIDA ASSOCIATIVA

- Aniversário do ELO 23 NOVEMBRO — 1974/1990 16 anos a informar para reivindicar
- Delegação de Coimbra divulga dinâmica da ADEFA
- CONVÍVIOS DE NATAL Sede e Delegações esperam por ti para vivermos em família esta quadra

NOVA SEDE

- Finda a 1.ª fase, lançado concurso para a 2.ª
- Ministério do Emprego e da Segurança Social visita os obras

JORNADAS DE SENSIBILIZAÇÃO ADEFA

- «AÇORES-90» projecta os objectivos da nossa Associação
- Activa sensibilização e empenhamento do Ministro da República, Assembleia e Governo Regionais, Instituição Militar, Autarquias e entidades públicas e privadas

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO entre Ministérios da Defesa Nacional e do Emprego e da Segurança Social e a ADEFA angaria a nova Sede nacional

SECRETÁRIA NACIONAL DE REABILITAÇÃO afirma, na sua tomada de posse, assumir política de reabilitação com a participação das associações de deficientes

ADFA e Director do Hospital Militar Principal de acordo na urgência de criação do «gabinete do utente»

Presidente da Câmara Municipal de Lisboa realinha empenhamento da autarquia no processo da nova Sede nacional da ADEFA

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral Nacional, nos termos do Art.º 27.º dos Estatutos, convoca a Assembleia Geral da ADEFA para reunir extraordinariamente no dia 31 de Março de 1990, pelas 13 horas e 30 minutos, na sede Nacional, sito no Palácio da Independência, no Largo de S. Domingos, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. — Apreciar e votar o «Relatório de Actividades do Conselho Nacional», referente ao exercício de 1989;
2. — Apreciar e votar o «Relatório de Actividades e Contas da Direcção Central», bem como o respectivo «Parecer» do Conselho Fiscal Central, relativos ao exercício de 1989;
3. — Apreciação de quotas para 1991;
4. — Informação sobre a Direcção Central, nomeadamente quanto à construção da nova Sede Social e respectivo lançamento progressivo a edifícios militares.

Na terminação do 2.º dia de Act.º de 12 de Março, se há hora marcada não estiverem presentes mais de metade dos associados, a Assembleia Geral reunirá 20 minutos depois, sem qualquer intervalo de actos.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 1990

O PRESIDENTE DA M. A. G. N.
A) António Rêgo dos Santos

Audiência entre Secretário de Estado da Defesa Nacional e a Direcção Central:

- preconiza colaboração entre MDN, MNE e ADEFA para políticas comuns na área da cooperação com Angola, Moçambique e Guiné-Bissau
- realça encontrar-se em última fase de recolha de pareceres o projecto de DL sobre «grandes deficientes»
- confirma interesse do dr. Eugénio Ramos de, a proposta da ADEFA, estar presente em próxima reunião do C. N. R.

NOVA SEDE

- Mantendo-se em bom ritmo os trabalhos da 1.ª fase, planeia-se lançar para breve o concurso para a 2.ª fase
- Em dinâmica da Comissão Nacional de Angariação de Fundos, prevista para Outubro a apresentação pública das medalhas comemorativas da construção da nova Sede

ADFA em grande actividade associativa

- Delegações dinamizam encontros
- Sócios reúnem e escrevem
- Órgãos Sociais Centrais propõem e desatiam

Grande emotividade e envolvimento quer no reencontro com o Casal Pereira quer no convívio de participantes de grupos de terapia do stress da guerra

NOVA SEDE

JORNADAS DE SENSIBILIZAÇÃO «ADEFA-AÇORES 90»

DUAS VERTENTES DA MESMA DINÂMICA QUE SE PROLONGA EM OUTRAS FRENTES, NACIONAIS E INTERNACIONAIS

- Sede e Delegações, nesta quadra, juntam sócios, trabalhadores e famílias.
- Delegação do Porto comemora 16.º aniversário.
- Reuniões de sócios, para Janeiro, em Lisboa, Cascais e Alcobaca.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE A PAZ E A SEGURANÇA NO MEDITERRÂNEO

- ADEFA integra grupos de trabalho e refreção em visita a aplicação quer do «Acto União Europeia» quer da «Carta de Paris para uma nova Europa»

DIA NACIONAL DO DEFICIENTE

A ADEFA deseja a todos os seus sócios, trabalhadores, familiares e amigos o melhor dos anos para 1991